



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

Processo: 279205/19

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: LONDRINA ILUMINAÇÃO S.A.

Índice de Peças

1. 001 - Formulário de Encaminhamento
2. 002 - Extrato de Autuação
3. 003 - Ofício de Encaminhamento (1 - Ofício de encaminhamento - Iluminação)
4. 004 - Relatório da Administração (2 - Relatório Administração 2018 - Serco)
5. 005 - Balanço Patrimonial (3a - Balanço Patrimonial - Iluminação)
6. 006 - Demonstrativo dos Lucros - DMPL (3b - Demonstração das Mutações do Patrim)
7. 007 - Demonstrativo dos Resultados - DRE (3c - Demonstração do Resultado do Exercí)
8. 008 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (3d - Demonstração dos Fluxos de Caixa -)
9. 009 - Demonstrativo do Valor Adicionado - DVA (3e - Demonstração do Valor Adicionado -)
10. 010 - Notas Explicativas (3f - Notas Explicativas - Iluminação)
11. 011 - Publicação Demonstrativos Financeiros (4 - Publicação Balanço 2018 DIOEPR Serco)
12. 012 - Publicação Demonstrativos Financeiros (4 - Publicação Balanço 2018 Folha de Lon)
13. 013 - Parecer do Conselho (5 - Parecer do Conselho Fiscal - Ilumina)
14. 014 - Parecer de Auditores Independentes (6 - Parecer da Auditoria Independente -)
15. 015 - Relação dos Direitos Realizáveis (7 - Direitos de curto prazo - Iluminação)
16. 016 - Relação do Ativo Realizável a Longo Prazo (8 - Direitos de longo prazo - Iluminação)
17. 017 - Relação das Obrigações Passivo Circulante (9 - Obrigações de curto prazo - Iluminaç)
18. 018 - Relação das Obrigações Passivo Não Circulante (10 - Obrigações de longo prazo - Ilumina)
19. 019 - Relatório do Controle Interno (11 - Parecer e Relatório do Controle Int)
20. 020 - Termo de Distribuição
21. 021 - Instrução
22. 022 - Certidão
23. 023 - Parecer
24. 024 - Despacho
25. 025 - Informação
26. 026 - Acórdão
27. 027 - Certidão de Publicação DETC
28. 028 - Certidão de trânsito em julgado

1. 001 - Formulário de Encaminhamento



FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2018**

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.**

Gestor atual: **LUCIANO KUHL**

Gestor das Contas: **LUCIANO KUHL**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Ofício de Encaminhamento (1 - Ofício de encaminhamento - Iluminaçã)
- Relatório da Administração (2 - Relatório Administração 2018 - Serco)
- Balanço Patrimonial (3a - Balanço Patrimonial - Iluminação)
- Demonstrativo dos Lucros - DMPL (3b - Demonstração das Mutações do Patrim)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (3c - Demonstração do Resultado do Exercí)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (3d - Demonstração dos Fluxos de Caixa -)
- Demonstrativo do Valor Adicionado - DVA (3e - Demonstração do Valor Adicionado -)
- Notas Explicativas (3f - Notas Explicativas - Iluminação)
- Publicação Demonstrativos Financeiros (4 - Publicação Balanço 2018 DIOEPR Serco)
- Publicação Demonstrativos Financeiros (4 - Publicação Balanço 2018 Folha de Lon)
- Parecer do Conselho (5 - Parecer do Conselho Fiscal - Ilumina)
- Parecer de Auditores Independentes (6 - Parecer da Auditoria Independente -)
- Relação dos Direitos Realizáveis (7 - Direitos de curto prazo - Iluminação)
- Relação do Ativo Realizável a Longo Prazo (8 - Direitos de longo prazo - Iluminação)
- Relação das Obrigações Passivo Circulante (9 - Obrigações de curto prazo - Iluminaç)
- Relação das Obrigações Passivo Não Circulante (10 - Obrigações de longo prazo - Ilumina)
- Relatório do Controle Interno (11 - Parecer e Relatório do Controle Int)

PETICIONÁRIO: **SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., CNPJ 21.514.376/0001-94, através do(a) Representante Legal LUCIANO KUHL, CPF 884.689.179-15**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 30 de abril de 2019 08:17:38

2. 002 - Extrato de Autuação



EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 279205/19

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 279205/19

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2018

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.**

Gestor atual: **LUCIANO KUHL**

Gestor das Contas: **LUCIANO KUHL**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Ofício de Encaminhamento (1 - Ofício de encaminhamento - Iluminação)
- Relatório da Administração (2 - Relatório Administração 2018 - Serco)
- Balanço Patrimonial (3a - Balanço Patrimonial - Iluminação)
- Demonstrativo dos Lucros - DMPL (3b - Demonstração das Mutações do Patrim)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (3c - Demonstração do Resultado do Exercí)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (3d - Demonstração dos Fluxos de Caixa -)
- Demonstrativo do Valor Adicionado - DVA (3e - Demonstração do Valor Adicionado -)
- Notas Explicativas (3f - Notas Explicativas - Iluminação)
- Publicação Demonstrativos Financeiros (4 - Publicação Balanço 2018 DIOEPR Serco)
- Publicação Demonstrativos Financeiros (4 - Publicação Balanço 2018 Folha de Lon)
- Parecer do Conselho (5 - Parecer do Conselho Fiscal - Ilumina)
- Parecer de Auditores Independentes (6 - Parecer da Auditoria Independente -)
- Relação dos Direitos Realizáveis (7 - Direitos de curto prazo - Iluminação)
- Relação do Ativo Realizável a Longo Prazo (8 - Direitos de longo prazo - Iluminação)
- Relação das Obrigações Passivo Circulante (9 - Obrigações de curto prazo - Iluminaç)
- Relação das Obrigações Passivo Não Circulante (10 - Obrigações de longo prazo - Ilumina)
- Relatório do Controle Interno (11 - Parecer e Relatório do Controle Int)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PETICIONÁRIO: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., CNPJ 21.514.376/0001-94, através do(a) Representante Legal
LUCIANO KUHL, CPF 884.689.179-15

Curitiba, 30 de abril de 2019 08:18:57

3. 003 - Ofício de Encaminhamento (1 - Ofício de encaminhamento - Iluminação)

OFICIO-PRES-007/2019

Londrina, 25 de abril de 2019.

À

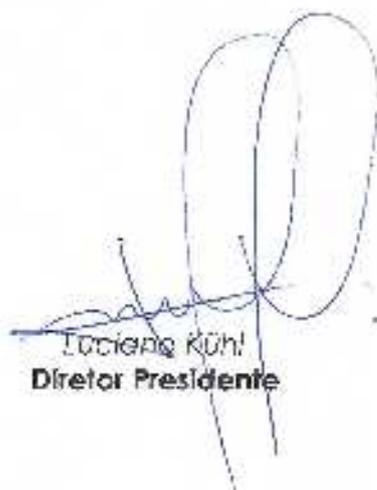
DD. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Praça Nossa Senhora de Salette, s/n.º - Centro Cívico
CEP: 80530-910 - Curitiba-PR.

REF.: Encaminha prestação de contas municipal

Senhor Presidente,

Sercomtel Iluminação S.A., CNPJ: 21.514.376/0001-94, por seu representante legal, abaixo-assinado, vem à presença de Vossa Excelência para encaminhar os documentos de Prestação de Contas Municipal, da entidade acima, referente ao exercício financeiro de 2018.

Atenciosamente,



Luciana Kühn
Diretor Presidente

Sercomtel Iluminação S.A.

R. Fernão de Magalhães, 383 | Aeroporto | 86036-070 | Londrina | PR | Brasil | CNPJ 21.514.376/0001-94
www.sercomteliluminacao.com.br

4. 004 - Relatório da Administração (2 - Relatório Administração 2018 - Serco)

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
2018**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO 2018

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Cláudio Sérgio Tedeschi

Membros:

Luciano Kuhl

Rosângela Miqueletti Martins de Oliveira

Tiago Carnelós Cactano

CONSELHO FISCAL

Moisés Silva Junior

Paulo Morimichi Oguido

DIRETORIA

Luciano Kuhl

Diretor Presidente

Luiz Shiroma

Diretor Administrativo Financeiro

Tiago Carnelós Cactano

Diretor de Operações

CONTADOR

Wanley Xavier Junior

CRC/PR 059.324/O-3

Prezados Acionistas,

Atendendo disposições legais e estatutárias, a Administração da Sercomtel Iluminação S.A. submete à apreciação dos Senhores o relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Sercomtel Iluminação S.A., fundada em 17/11/2014, por meio da Lei Municipal nº 12.194/2014, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob nº 21.514.376/0001-94, de capital fechado, subsidiária integral da Sercomtel Participações S.A., e tem como missão a busca de novas oportunidades de negócios voltados para o segmento de implantação e manutenção de sistemas de iluminação pública, atuando de forma integrada com a Sercomtel S/A – Telecomunicações.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2018 marcou a consolidação da Sercomtel Iluminação S.A em Londrina. Após o primeiro ano de operação, em 2017, com equipes próprias, a manutenção da iluminação pública do Município de Londrina, das ruas, avenidas, praças e espaços públicos, foram de fato normalizados, possibilitando à Companhia buscar novos negócios.

Em 2018 iniciou-se o credenciamento junto à Copel, possibilitando à Sercomtel Iluminação S.A. assumir novos contratos com outros municípios, visando a realização do serviço de implantação de redes de baixa tensão. Também neste ano, foi assinado junto à Prefeitura do Município de Londrina o contrato de modernização da iluminação pública viária por LED, substituindo as tecnologias tradicionais. A execução se iniciará nos primeiros meses de 2019.

Com um forte controle dos gastos, aumentamos o lucro líquido e melhoramos os indicadores, comparados com 2017.

O índice de satisfação dos londrinenses em relação ao serviço de iluminação pública, segundo pesquisa do Instituto Multicultural, atingiu 65,5% em 2018, mesmo patamar de 2017, fazendo deste um dos serviços públicos mais bem avaliados em Londrina.

A Sercomtel Iluminação, como as demais empresas do Grupo Sercomtel, caminha em direção à excelência. Assim, não há dúvidas de que o Grupo Sercomtel, que já possui a melhor operadora de telefonia fixa e móvel do Brasil, terá também a melhor empresa de iluminação pública do país.


Luciano Kühn
Diretor Presidente

1 A SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.

No exercício de 2018, a Sercomtel Iluminação obteve êxito na organização e manutenção do sistema de iluminação pública da cidade de Londrina. Atuando desde novembro de 2016 apenas com equipes próprias, a Sercomtel Iluminação realizou mais de 32.000 atendimentos durante o ano de 2018, sendo que 37% destes foram realizados por ronda própria, antes da solicitação do munícipe.

Foram mais de 21.000 solicitações no ano, através dos nossos canais de atendimento (fone: 0800-400-4343, site: www.sercomteliluminacao.com.br e App para Smartphone), sendo que no cenário atual não existem solicitações em atraso.

2 POTENCIALIZAÇÃO DE DESEMPENHO

Além do atual contrato de manutenção, a Sercomtel Iluminação firmou com o Município de Londrina o Contrato nº 0305/2018, para modernização de 23.344 pontos de iluminação pública viária com tecnologia LED, que privilegia a eficiência energética, luminosidade e durabilidade, que substituirão as atuais lâmpadas com vapor de mercúrio e vapor de sódio.

O contrato também prevê a implantação de 1.000 pontos de telegestão, o que representa um importante passo para a inovação em iluminação pública, permitindo o gerenciamento remoto do parque. A assinatura do contrato foi precedida de um rigoroso processo de pré-qualificação de luminárias LED, do qual participaram, até o momento, 13 empresas, resultando em 29 modelos de luminárias homologados. O início de execução da obra se dará já nos primeiros meses de 2019.

3 INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA

Os principais investimentos em tecnologia visaram a modernização dos equipamentos, efficientização energética e redução dos custos com manutenções. Para isso, além da homologação das luminárias LED para modernização do parque de iluminação viário, citada no item anterior, que teve como objetivo garantir a qualidade dos equipamentos a serem adquiridos, em atendimento a uma série de normas técnicas, certificações e antecipando as exigências da Portaria 20 do INMETRO (vigentes a partir de fevereiro de 2019), foram feitos testes com luminárias LED com alimentação solar, instaladas nas dependências da Sercomtel Iluminação para medições e validação de informações levantadas junto ao mercado de iluminação pública.

Outras avaliações em campo e análise de documentações técnicas disponibilizadas por fornecedores serão executadas em 2019 para composição de uma Especificação Técnica do material. Para estas avaliações houve apenas investimento de mão de obra. Para a melhoria da gestão da iluminação pública, visando a redução de reclamações e rondas, foi implantado como

case para avaliação, validação e divulgação da tecnologia, um Sistema de Telegestão para 185 pontos de iluminação viária e ornamental no Distrito de Lerroville. Com investimento de R\$ 50.000,00, o sistema permite o gerenciamento da iluminação à distância, identificando falhas e lâmpadas apagadas imediatamente, sem necessidade de deslocamento até o local ou a abertura de um chamado.

Para 2019, serão realizados investimentos para montagem de um Centro de Controle Operacional, com a aquisição de aparelhos de televisão, computadores e demais infraestrutura, permitindo que a Gerência de Operações possa acompanhar em tempo real os sistemas de gestão já em funcionamento (Sistema de Gestão de Ocorrência e Atendimentos), Rastreador veicular e Sistema de Telegestão de Lerroville, além de outros futuros, como o sistema de telegestão para 1.000 pontos já contratado pela Prefeitura Municipal de Londrina através do Contrato nº 0305/2018, e que será adquirido por licitação no ano de 2019.

4 GESTÃO DE PESSOAS

A empresa encerrou o exercício de 2018 com 53 colaboradores, considerando empregados concursados, diretores e aprendizes. Possui um investimento contínuo na capacitação dos colaboradores. Em 2018 aconteceram treinamentos das equipes técnicas da Sercomtel Iluminação com a finalidade de se obter credenciamento junto à Copel para implantação de rede de baixa tensão, tais como poda de árvore/roçada, operação de guindauto, padrões de tarefas da Copel, segurança para encarregados e cesto acoplado. Também houve treinamentos seguindo as Normas Regulamentadoras do Ministério Trabalho, com a finalidade de manter a regularidade das atividades da Companhia, tais como NR10 (Trabalhos com instalações energizadas) e NR35 (Trabalhos em altura). Para 2019 estão previstos a implantação da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e cursos de reciclagem da área operacional.

5 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Através de link específico no site da empresa www.sercomteliluminacao.com.br, é possível ter acesso às súmulas das atas de reuniões dos órgãos da administração, composição acionária e dos órgãos da administração. Também constam informações sobre Estatuto Social, informações financeiras mais relevantes, organograma e os Relatórios da Administração pertinentes a exercícios anteriores.

No ano de 2018, para fins de atendimento à Lei nº 13.303/2016, foram implantados os seguintes procedimentos: Política de distribuição de dividendos; Política de divulgação de informações e preservação de sigilo do Grupo Sercomtel; Política de transação com partes relacionadas; Código de conduta profissional do Grupo Sercomtel; Código de conduta para fornecedores e parceiros do Grupo Sercomtel; Política Anticorrupção; Política de presentes, brindes e hospitalidades; Política

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'D' and 'H' at the top, and 'Sip' at the bottom.]

de concessão de patrocínios; Gestão de riscos corporativos; Canal de denúncias; Comitê de análise de denúncias de assédio moral.

6 CONTROLES INTERNOS

No decorrer do exercício de 2018 foi concluída a implementação e estruturação da área responsável pela verificação do cumprimento das obrigações e do gerenciamento de riscos da companhia. Os trabalhos desenvolvidos foram focados na implementação de políticas e práticas de controles internos, gerenciamento de riscos corporativos e compliance, visando promover a conduta ética, a integridade e o combate à corrupção, assegurar as boas práticas da governança, a gestão dos recursos e a proteção ao patrimônio da companhia. Também foram concluídas as tratativas e estudos para implementação do Programa de Integridade na empresa.

7 RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Atendendo ao disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, que apresenta a logística reversa como instrumentos da PNRS foram assinados alguns acordos sobre o tema, como por exemplo, o Acordo Setorial do Ministério do Meio Ambiente para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes, de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista que foi assinado no dia 27/11/2014 e teve seu extrato publicado no D.O.U de 12/03/2015. Seu objetivo é garantir que a destinação final destes resíduos seja feita de forma ambientalmente correta e implementando a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos conforme estabelece a PNRS.

Neste sentido, a Sercomtel Iluminação S.A. visa cumprir com a legislação ambiental vigente, incluindo a obrigatoriedade da logística reversa nas contratações realizadas tanto por licitação quanto nos casos de dispensa de licitação para os resíduos gerados que cabem à logística reversa, como lâmpadas e pneus. Além disto, a Companhia iniciou em 2018 o projeto Londrina Cidade Iluminada, que irá substituir grande parte das luminárias e lâmpadas convencionais, de vapor de sódio e vapor de mercúrio, por luminárias LED, mais eficientes, com melhor luminosidade, com menor consumo energético, e que não agredem o meio ambiente. Neste ano, foi assinado o contrato com a Prefeitura do Município de Londrina e as licitações para aquisição dos materiais, além da instalação em modo de estudo em duas praças da cidade.

8 FATOS RELEVANTES

O nível de aprovação dos londrinenses em relação à iluminação pública em Londrina no ano de 2018 é de 65%. O resultado se baseia na pesquisa de opinião divulgada pelo Instituto Multicultural. Foi o mesmo resultado alcançado na pesquisa de 2017. De 2016 para 2017, houve um aumento na aprovação de 4,84%.

9 RESULTADOS CONSOLIDADOS

A Sercomtel Iluminação S.A., no exercício de 2018, apresentou um decréscimo da sua Receita Bruta, comparando-se com 2017. O principal fator é o reequilíbrio econômico-financeiro referente ao Contrato de Manutenção proposto pela Prefeitura do Município de Londrina. Entretanto, com um forte controle nos gastos, a Companhia reduziu os custos e despesas operacionais, o que possibilitou um aumento no lucro líquido.

10 FLUXO DE CAIXA

Em 2018, o caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 1,695 milhão. Foram destinados R\$ 56 mil para pagamento de investimentos em imobilizados e intangíveis, e R\$ 165 mil para dividendos. O fluxo de caixa completo está disponível nas demonstrações financeiras. A regularidade destes resultados pode ser observada num período maior. Geramos R\$ 6,5 milhões de caixa acumulado proveniente de nossas atividades operacionais nos quatro anos de existência da Companhia, confirmando nossa excelente performance operacional.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A Sercomtel Iluminação em seu planejamento estratégico 2019-2023 apresenta suas perspectivas de futuro, considerando as projeções macroeconômicas, o ambiente regulatório e as tecnologias que porventura serão incorporadas à iluminação nos próximos anos.

A Sercomtel Iluminação S.A. tem como missão a busca de novas oportunidades de negócios voltados para o segmento de implantação e manutenção de sistema de iluminação pública, atuando de forma integrada com a Sercomtel S.A Telecomunicações e os custos de suas estruturas operacional, administrativa e comercial são atribuídos às empresas de acordo com critérios de rateio definidos pela administração das Companhias, e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados. Em 2018 houve o início do credenciamento junto à Copel, possibilitando à Sercomtel Iluminação S.A. assumir novos contratos com outros municípios, visando a realização do serviço de implantação de redes de baixa tensão. Também em 2018, foi assinado junto à Prefeitura do Município de Londrina o contrato de modernização da iluminação pública viária por LED, substituindo as tecnologias tradicionais. A execução se iniciará nos primeiros meses de 2019.

Visando a melhoria do ambiente de trabalho no âmbito das perspectivas dos empregados, iniciamos em 2018 a implantação da CIPA, do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e da criação da Comissão Motivacional.

A Sercomtel Iluminação, bem como as demais empresas do Grupo Sercomtel, caminha em direção à excelência. Assim, não há dúvidas de que o Grupo Sercomtel, que já possui a melhor operadora de telefonia fixa e móvel do Brasil, terá também a melhor empresa de iluminação pública do país.

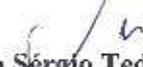
12 AGRADECIMENTOS

A Sercomtel Iluminação S.A. agradece aos seus acionistas e à população de Londrina pelo apoio e confiança e, em especial, aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

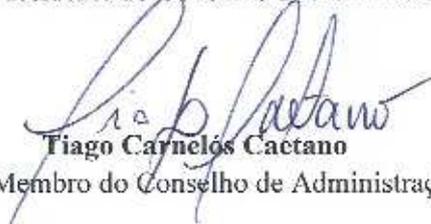

Luciano Kühn
Diretor Presidente


Luiz Shiroma
Diretor Administrativo Financeiro


Tiago Carnelós Cactano
Diretor de Operações


Cláudio Sérgio Tedeschi
Presidente do Conselho de Administração


Rosangela Miqueletti Martins de Oliveira
Membro do Conselho de Administração


Tiago Carnelós Cactano
Membro do Conselho de Administração


Luciano Kühn
Membro do Conselho de Administração

5. 005 - Balanço Patrimonial (3a - Balanço Patrimonial - Iluminação)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.**CNPJ: 21.514.376/0001-94****BALANÇO PATRIMONIAL DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2018 e 31/12/2017 (EM REAIS)**

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.083.310,50	1.609.181,35
Clientes a Receber	310.313,33	-
Tributos a Recuperar	255.315,78	1.064,11
Adiantamentos	21.536,65	16.981,51
Estoques	940.621,29	1.281.364,01
Despesas Antecipadas	11.203,38	10.870,07
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	4.622.300,93	2.919.461,05
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	1.001.291,12	1.358.705,62
Intangível	12.563,47	14.328,32
TOTAL DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.013.854,59	1.373.033,94
TOTAL DO ATIVO	5.636.155,52	4.292.494,99
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	503.983,62	162.967,68
Obrigações Sociais e Trabalhistas	392.340,83	353.764,64
Obrigações Fiscais	33.434,10	117.369,97
Dividendos a pagar	105.851,93	135.976,50
Outras Obrigações	1.393,85	1.193,36
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.037.004,33	771.272,15
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social Subscrito	1.746.100,00	1.300.000,00
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	275.687,08	215.046,89
Reserva de Lucros a Distribuir	2.577.364,11	2.006.175,95
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.599.151,19	3.521.222,84
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.636.155,52	4.292.494,99

LUCIANO KÜHL
Diretor Presidente
CPF: 884.689.179-15

WANLEY XAVIER JUNIOR
Contador
CPF: 065.304.339-29
CRCPR-059324/O-3

6. 006 - Demonstrativo dos Lucros - DMPL (3b - Demonstração das Mutações do Patrim)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.

CNPJ: 21.514.376/0001-94

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2018 e 31/12/2017 (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		TOTAL
		RESERVA LEGAL	LUCROS A DISTRIBUIR	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.300.000,00	186.420,26	1.738.246,47	3.224.666,73
Destinação do Resultado do Exercício			572.532,61	572.532,61
Distribuição de Dividendos em Reservas			(275.976,50)	(275.976,50)
Transferência p/Reserva Legal em 31/12/17		28.626,63	(28.626,63)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.300.000,00	215.046,89	2.006.175,95	3.521.222,84
Aumento de Capital	446.100,00		(446.100,00)	
Destinação do Resultado do Exercício			1.212.803,78	1.212.803,78
Distribuição de Dividendos em Reservas			(135.976,50)	(135.976,50)
Transferência p/Reserva Legal em 31/12/18		60.640,19	(60.640,19)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.746.100,00	275.687,08	2.576.263,04	4.598.050,12

LUCIANO KÜHL
Diretor Presidente
CPF: 884.689.179-15

WANLEY XAVIER JUNIOR
Contador
CPF: 065.304.339-29
CRCPR-059324/O-3

7. 007 - Demonstrativo dos Resultados - DRE (3c - Demonstração do Resultado do Exercí)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.**CNPJ: 21.514.376/0001-94****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DOS PERÍODOS FINDOS EM
31/12/2018 e 31/12/2017 (EM REAIS)**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita Bruta		
Prestação de Serviços	11.322.544,79	12.661.012,28
Deduções da Receita Bruta	(1.366.214,20)	(1.659.433,22)
Receita Líquida	9.956.330,59	11.001.579,06
Custos dos Serviços Prestados	(6.033.521,95)	(7.129.433,09)
Lucro Bruto	3.922.808,64	3.872.145,97
(Despesas) Receitas Operacionais		
Despesas com Pessoal	(804.958,22)	(1.060.560,81)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.393.440,47)	(2.119.110,96)
Despesas Financeiras	(217.204,89)	(30.115,55)
Receitas Financeiras	154.426,65	108.886,35
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	133.378,66	53.483,67
	(2.127.798,27)	(3.047.417,30)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.795.010,37	824.728,67
Provisão para Imposto de Renda	(420.655,66)	(177.970,48)
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(161.550,93)	(74.225,58)
	(582.206,59)	(252.196,06)
Lucro Líquido do Exercício	1.212.803,78	572.532,61

LUCIANO KÜHL
Diretor Presidente
CPF: 884.689.179-15

WANLEY XAVIER JUNIOR
Contador
CPF: 065.304.339-29
CRCPR-059324/O-3

8. 008 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (3d - Demonstração dos Fluxos de Caixa -)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
CNPJ: 21.514.376/0001-94
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO DOS PERÍODOS
FINDOS EM 31/12/2018 e 31/12/2017 (EM REAIS)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	1.212.803,78	572.532,61
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido do Exercício:		
Depreciações e Amortizações	409.513,50	446.754,90
Baixas no Ativo Imobilizado	6.220,96	7.397,90
	1.628.538,24	1.026.685,41
Aumento/Redução dos Ativos Operacionais:		
(Aumento) Redução Clientes a Receber	(310.313,33)	-
(Aumento) Redução Estoques	340.742,72	645.532,42
(Aumento) Redução Impostos a Recuperar	(254.251,67)	288.732,17
(Aumento) Redução Outros Créditos	(4.888,45)	(14.434,34)
	(228.710,73)	919.830,25
Aumento/Redução dos Passivos Operacionais:		
Aumento (Redução) em Fornecedores	341.015,94	(713.079,55)
Aumento (Redução) em Obrigações Sociais e Fiscais	38.576,19	132.606,91
Aumento (Redução) Partes Relacionadas	(83.935,87)	-
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	200,49	1.193,36
	295.856,75	(579.279,28)
Aplicações no Realizável a Longo Prazo:		
(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	1.695.684,26	1.367.236,38
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Compra de Ativo Imobilizado	(55.073,11)	(25.611,20)
Compra de Ativo Intangível	(1.482,00)	(4.551,68)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(56.555,11)	(30.162,88)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de Dividendos	(165.000,00)	(540.000,00)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	(165.000,00)	(540.000,00)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.474.129,15	797.073,50
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Período	1.609.181,35	812.107,85
No Fim do Período	3.083.310,50	1.609.181,35
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.474.129,15	797.073,50

LUCIANO KÜHL
Diretor Presidente
CPF: 884.689.179-15

WANLEY XAVIER JUNIOR
Contador
CPF: 065.304.339-29
CRCPR-059324/O-3

9. 009 - Demonstrativo do Valor Adicionado - DVA (3e - Demonstração do Valor Adicionado -)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
CNPJ: 21.514.376/0001-94
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/12/2018 e
31/12/2017 (EM REAIS)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITAS		
Receita Bruta	11.322.544,79	12.661.012,28
Outras Receitas Operacionais	133.378,66	59.957,21
	11.455.923,45	12.720.969,49
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais aplicados na prestação de serviço	1.625.687,16	2.707.283,08
Custos dos serviços prestados	1.341.648,23	1.245.228,23
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.338.584,16	2.040.074,53
	4.305.919,55	5.992.585,84
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	7.150.003,90	6.728.383,65
Depreciação e Amortização	375.115,34	412.678,05
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	6.774.888,56	6.315.705,60
(+) VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas Financeiras	154.426,65	108.886,35
	154.426,65	108.886,35
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	6.929.315,21	6.424.591,95
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL		
Remuneração direta	2.143.665,50	2.401.711,32
Benefícios	586.195,69	577.760,57
F.G.T.S.	162.764,95	182.713,98
	2.892.626,14	3.162.185,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		
Federais	2.243.081,81	2.097.608,66
Estaduais	20.009,07	10.457,92
Municipais	343.589,52	551.691,34
	2.606.680,40	2.659.757,92
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS		
Juros	217.204,89	30.115,55
	217.204,89	30.115,55
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO		
Resultados Retidos	1.212.803,78	572.532,61
	1.212.803,78	572.532,61
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	6.929.315,21	6.424.591,95

LUCIANO KÜHL
Diretor Presidente
CPF: 884.689.179-15

WANLEY XAVIER JUNIOR
Contador
CPF: 065.304.339-29
CRCPR-059324/O-3

10. 010 - Notas Explicativas (3f - Notas Explicativas - Iluminação)

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2018 e 2017 e

Relatório dos Auditores Independentes

Sercomtel Iluminação S.A.

SUMÁRIO

	<u>Página</u>
Relatório dos Auditores Independentes	03
Balanço Patrimonial	07
Demonstração do Resultado do Exercício.....	08
Demonstração do Resultado Abrangente	09
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração dos Valores Adicionados	12
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Sercomtel Iluminação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sercomtel Iluminação S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sercomtel Iluminação S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades em situação de continuidade operacional normal. Em 1º de setembro de 2017, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel por meio do Acórdão nº 366, determinou a instauração de processo para avaliação acerca da aplicação de caducidade à Sercomtel S.A. Telecomunicações (controladora da **Sercomtel Participações S.A.**, que controla a Companhia), no tocante a concessão para prestação do Serviço Teletônico Fixo Comutado – STFC. Adicionalmente, o mesmo Acórdão, determina à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação, a avaliação da manutenção de capacidade econômico-financeira e regularidade fiscal pela Companhia, no tocante às suas autorizações para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado fora da área de concessão, avaliando-se o cabimento ou não de cassação das referidas outorgas. Referido processo tramita internamente na ANATEL, porém, de forma complementar, em

sua Reunião nº 859, de 4 de outubro de 2018, a ANATEL decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral (Consulta Pública), a Proposta de Edital de Licitação para Concessão para prestação de STFC na modalidade Local, autorização para prestação de STFC nas modalidades LDN e LDI, autorização para prestação de SMP, autorização para prestação de SCM e autorização de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz e 1.800 MHz, no Setor 20 do PGO e Área do Registro 43 do PGA, cujo prazo findou em 08 de novembro de 2018. Em 05 de novembro de 2018, a Sercomtel S.A. Telecomunicações apresentou suas alegações finais no processo de caducidade da concessão, suscitando, inclusive, uma análise por parte daquela Agência acerca do desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão (em vigência desde 1998) e da própria insustentabilidade do serviço telefônico fixo comutado, objeto da concessão, o que teria contribuído para a própria abertura dos processos acima descritos. A Sercomtel S.A. Telecomunicações, conjuntamente com seus acionistas, vem atuando junto à agência reguladora visando a reversão desse processo e em 18 de janeiro de 2019, apresentou suas alegações finais no processo de cassação das outorgas de autorização comprovando sua regularidade fiscal. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de janeiro de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e contendo ênfase sobre a concentração de clientes e receita no contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Londrina.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico GPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá-PR, 18 de janeiro de 2019

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2


Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

Sercomtel Iluminação S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota				Nota		
	Explicativa	31/12/2018	31/12/2017		Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.083	1.609	Fornecedores		504	163
Clientes a receber		310	-	Obrigações sociais	8	392	354
Estoques	6	941	1.281	Obrigações tributárias	9	34	117
Impostos a recuperar		255	1	Partes relacionadas	10	106	136
Outros créditos		22	17	Outras obrigações		1	1
Despesas do exercício seguinte		11	11			1.037	771
		4.622	2.919				
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Imobilizado	7	1.001	1.359	Capital social		1.746	1.300
Intangível		13	14	Reserva legal		276	215
		1.014	1.373	Reserva de lucros		2.577	2.006
						4.599	3.521
TOTAL DO ATIVO		5.636	4.292	TOTAL DO PASSIVO			
				E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.636	4.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta		11.322	12.661
Deduções da Receita Bruta		<u>(1.366)</u>	<u>(1.659)</u>
Receita Líquida	12	9.956	11.002
Custos dos Serviços Prestados	13.1	<u>(6.033)</u>	<u>(7.129)</u>
Resultado operacional bruto		3.923	3.873
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	13.2	(2.198)	(3.180)
Outras Receitas/(Despesas)	13.3	<u>133</u>	<u>53</u>
Resultado operacional líquido		1.858	746
Despesas Financeiras		(217)	(30)
Receitas Financeiras		<u>154</u>	<u>109</u>
Resultado financeiro líquido	14	(63)	79
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.795	825
Provisão para Imposto de Renda	9	(421)	(178)
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9	<u>(161)</u>	<u>(74)</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u>1.213</u>	<u>573</u>
Lucro por Lote de 1.000 Ações		<u>0,69</u>	<u>0,44</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	1.213	573
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente no período	<u>1.213</u>	<u>573</u>
Lucro por ações (Lote de 1.000 ações)	<u>0,69</u>	<u>0,44</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.300	186	1.738	-	3.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	573	573
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	29	-	(29)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(140)	(136)	(276)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	408	(408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.300	215	2.006	-	3.521
Aumento de Capital	446	-	(446)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.213	1.213
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	61	-	(61)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(29)	(106)	(135)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	1.046	(1.046)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.746	276	2.577	-	4.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	1.213	573
Depreciação e amortização	410	446
Baixas do ativo imobilizado	5	8
	<u>1.628</u>	<u>1.027</u>
Resultado ajustado	1.628	1.027
Varição em:		
Clientes	(310)	-
Estoques	340	646
Impostos a recuperar	(254)	289
Outros créditos	(5)	(4)
Despesas do exercício seguinte	-	(11)
Fornecedores	341	(713)
Obrigações sociais	38	63
Obrigações tributárias	(83)	69
Outras obrigações	-	1
	<u>-</u>	<u>1</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.695	1.367
Atividades de investimento		
Aquisições no Imobilizado	(56)	(30)
	<u>(56)</u>	<u>(30)</u>
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	(56)	(30)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(165)	(540)
	<u>(165)</u>	<u>(540)</u>
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento	(165)	(540)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.474	797
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.609	812
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>3.083</u>	<u>1.609</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.474	797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstração do valor adicionado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas	11.455	12.721
Vendas de serviços	11.322	12.661
Outras receitas	133	60
Insumos adquiridos de terceiros	4.306	5.993
Materiais aplicados na prestação de serviço	1.626	2.707
Custos dos serviços prestados	1.342	1.245
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.338	2.041
Valor adicionado bruto	7.149	6.728
Depreciação e Amortização	375	412
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	6.774	6.316
Valor adicionado recebido em transferência	154	109
Receitas financeiras	154	109
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>6.928</u>	<u>6.425</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>6.928</u>	<u>6.425</u>
Pessoal	2.893	3.163
Remuneração direta	2.144	2.402
Benefícios	586	578
F.G.T.S.	163	183
Impostos, taxas e contribuições	2.605	2.659
Federais	2.242	2.092
Estaduais	20	15
Municipais	343	552
Remuneração de capitais de terceiros	217	30
Juros	217	30
Remuneração de capitais próprios	1.213	573
Lucros retidos	1.213	573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Sercomtel Iluminação S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2014, tendo como objeto social:

- a) operar, manter e expandir sistema de iluminação pública, compreendendo iluminação urbana e ornamental;
- b) planejar, implantar, executar, recuperar e melhorar os sistemas municipais de iluminação pública;
- c) montar, reparar, e instalar sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas (inclusive semáforos), rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
- d) oferecer soluções integradas de iluminação pública, utilizando-se de tecnologias de informação e telecomunicações;
- e) comercializar equipamentos relacionados ao objeto social;
- f) prover operação e gerenciamento de serviço técnico, administrativos, financeiros, comerciais e correlatos com o objeto da Sociedade;
- g) participar de SPE - Sociedade de Propósito Específico;
- h) participar de sociedade, empresas, consórcio e afins correlatas ao seu objeto social, preferencialmente como majoritária, sempre integrando o bloco de controle, garantindo direito de veto nas matérias de relevância econômica, administrativa e operacional.

A Companhia atua de forma integrada (compartilhada) com a Sercomtel S.A. Telecomunicações e os custos de suas estruturas operacional, administrativa e comercial são atribuídos às empresas de acordo com critérios de rateio definidos pela administração das Companhias, e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua (a moeda funcional) e apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Sociedade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

- **Nota 6** – Estoques (provisão para perda de estoques);
- **Nota 7** - Imobilizado (vida útil e valor residual); e
- **Nota 15** - Instrumentos financeiros.

3. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i) **Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

4.2. Instrumentos financeiros

a) **Ativos financeiros não derivativos**

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expira.

A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, e fornecedores e outras contas a pagar.

4.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

4.4. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

As vida úteis e métodos de depreciação são:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	35 anos
Equipamentos eletrônicos	35 anos
Veículos	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Participações em ações de terceiros	35 anos

4.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre pagamentos em atraso e despesas bancárias.

4.6. Provisões

Uma provisão é necessária de ser um fundo em um evento passado, a Cotopacina tem uma obrigação legal presente e é possível estimar a de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

Sociedade tributada pelo lucro real, o lucro tributável de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, exceto em de R\$ 200 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerando o pagamento de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e contas bancárias	90	5
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.995	1.004
Total	3.083	1.009

A Companhia considera em os equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário – CDB, junto à Caixa Econômica Federal, remuneradas à taxa de 97,5% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários e Fundo de Investimento Caixa FI Vega Referenciado DI.

6. Estoques

Referem-se a itens destinados à manutenção, em obras e novas obras de implantação no todo do Turf na cidade de Londrina, no montante de R\$ 941 e R\$ 1.261, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Estão avaliados no custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)			31/12/2018	31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	28	(7)	21	23
Equipamentos de informática	20	171	(75)	96	122
Equipamentos eletrônicos	20	20	(5)	15	17
Veículos	20	1.825	(1.068)	757	1.115
Móveis e utensílios	10	80	(10)	70	38
Ferramentas e acessórios	20	56	(14)	42	44
Softwares	20	21	(8)	13	14
Total		2.201	(1.187)	1.014	1.373

a) Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários.

a) Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2018
Máquinas e equipamentos	23	1	-	-	(3)	21
Equipamentos de informática	122	11	(5)	-	(32)	96
Equipamentos eletrônicos	17	-	-	-	(2)	15
Veículos	1.115	-	-	-	(358)	757
Móveis e utensílios	38	37	-	-	(5)	70
Ferramentas e acessórios	44	4	-	-	(6)	42
Softwares	14	3	-	-	(4)	13
Total	1.373	56	(5)	-	(410)	1.014

8. Obrigações sociais

	31/12/2018	31/12/2017
INSS a recolher	65	65
FGTS a recolher	20	-
Outras obrigações com pessoal	16	14
Provisão para férias e encargos	291	275
Total	392	354

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS a recolher	-	14
Cofins a recolher	-	65
Imposto de renda a recolher	33	25
Contribuição social a recolher	-	12
ISS a recolher	1	1
Total	34	117

a) Apuração de imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	1.795	825	1.795	825
Lucro Real e Base de Cálculo (tributável)	1.795	825	1.795	825
. Alíquotas	15%	15%	9%	9%
Total	269	123	161	74
. Adicional do IRPJ (10%)	156	59	-	-
. (-) Dedução PAT	(4)	(4)	-	-
Valor Debitado ao Resultado	421	178	161	74
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL	23%	22%	9%	9%

10. Partes relacionadas

As transações realizadas com as partes relacionadas Sercomtel S.A. Telecomunicações e Sercomtel Participações S.A.:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Suporte Corporativo - Sercomtel S.A. Telecomunicações	57	-
Dividendos a Pagar - Sercomtel Participações S.A.	106	136
Total	163	136

As operações mercantis com partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes a partes não relacionadas.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla honorários e remuneração dos diretores. O total de gastos com remuneração direta totalizou até dezembro de 2018, R\$ 387 (até dezembro de 2017, R\$ 371), e encontra-se registrado na rubrica despesas administrativas.

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.746.100, representado por 1.746.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de R\$ 1,00 cada ação. A distribuição das ações do capital subscrito está assim representada:

	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>Participação</u>
Sercomtel Participações S.A.	1.746.100	100%

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

Nos termos do art. 197 e 202 da lei nº 10.303/01, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados a constituição de reserva de lucros.

12. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita com serviços prestados	11.322	12.661
(-) Deduções		
. PIS	(182)	(198)
. COFINS	(841)	(910)
. ISS	(343)	(551)
Total	9.956	11.002

13. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

13.1. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal e encargos	2.755	2.823
Cooperação técnica	287	335
Consultoria em software	176	161
Material aplicado	1.626	2.707
Call center	441	386
Outros custos	398	337
Depreciação e amortização	350	380
Total	6.033	7.129

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13.2. Despesa gerais e administrativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal e encargos	805	1.061
Aluguel	486	745
Consultoria em software	64	62
Conselho fiscal	49	49
Suporte corporativo	447	572
Cooperação técnica	170	409
Contabilidade e auditoria	22	33
Outras despesas	99	167
Depreciação e amortização	25	32
Despesas tributárias	31	50
Total	2.198	3.180

13.3. Outras despesas e receitas operacionais

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Baixa de Imobilizado	-	(6)
Recuperação de despesas	-	(1)
Total das outras despesas operacionais	-	(7)
Receitas Eventuais	133	60
Total das outras receitas operacionais	133	60
Resultado outras receitas (despesas) operacionais	133	53

14. Resultado financeiro

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Juros, multas e descontos pagos	-	(18)
Despesas bancárias e IOF	(3)	(12)
Juros sobre Capital Próprio	(214)	-
Total das despesas financeiras	(217)	(30)
Rendimentos de aplicações financeiras	146	68
Multa contratual	8	24
Juros ativos e descontos recebidos	-	17
Total das receitas financeiras	154	109
Resultado financeiro líquido	(63)	79

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	3.083	1.609
Outros créditos	22	17
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(504)	(163)
Partes relacionadas	(106)	(136)
Outras obrigações	(1)	(1)
Total	2.494	1.326

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Contas a receber de clientes/fornecedores: Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;

Adiantamentos a fornecedores/ Outras contas a receber/outras contas a pagar: Decorrem de adiantamentos realizados/recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia.

Créditos com acionistas controladores e coligados: Referem-se a saldos de empréstimos a receber/pagar aos sócios da Companhia.

Empréstimos e financiamentos: Contratações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Gerenciamento de risco financeiro

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado.

A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Sercomtel Iluminação S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos.

Risco de mercado

Risco decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta conforme apresentado a seguir:

	Limite máximo indenização - R\$ Mil
Riscos cobertos	
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	10.000
Veículos	1.610
Seguro de vida em grupo	2.403
Total	14.013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cláudio Sérgio Tedeschi
Presidente

Rosângela Miqueletti Martins de Oliveira
Membro

Tiago Carnelós Caetano
Membro

CONSELHO FISCAL

Moysés Silva Junior
Paulo Morimichi Ogido

DIRETORIA

Luciano Kühl
Diretor Presidente

Tiago Carnelós Caetano
Diretor de Operações

Luiz Shiroma
Diretor Administrativo Financeiro

Wanley Xavier Junior
Contador – CRC PR 059.324/O-3

11. 011 - Publicação Demonstrativos Financeiros (4 - Publicação Balanço 2018 DIOEPR Serco)

SERCOMTEL™

ILUMINAÇÃO

Sercomtel Iluminação S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2018

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2018 marcou a consolidação da Sercomtel Iluminação S.A em Londrina. Após o primeiro ano de operação, em 2017, com equipes próprias, a manutenção da iluminação pública do Município de Londrina, das ruas, avenidas, praças e espaços públicos, foram de fato normalizados, possibilitando à Companhia buscar novos negócios.

Em 2018 iniciou-se o credenciamento junto à Copel, possibilitando à Sercomtel Iluminação S.A. assumir novos contratos com outros municípios, visando a realização do serviço de implantação de redes de baixa tensão. Também neste ano, foi assinado junto à Prefeitura do Município de Londrina o contrato de modernização da iluminação pública viária por LED, substituindo as tecnologias tradicionais. A execução se iniciará nos primeiros meses de 2019.

Com um forte controle dos gastos, aumentamos o lucro líquido e melhoramos os indicadores, comparados com 2017.

O Índice de satisfação dos londrinenses em relação ao serviço de iluminação pública, segundo pesquisa do Instituto Multicultural, atingiu 65,5% em 2018, mesmo patamar de 2017, fazendo deste um dos serviços públicos mais bem avaliados em Londrina.

A Sercomtel Iluminação, como as demais empresas do Grupo Sercomtel, caminha em direção à excelência. Assim, não há dúvidas de que o Grupo Sercomtel, que já possui a melhor operadora de telefonia fixa e móvel do Brasil, terá também a melhor empresa de iluminação pública do país.

Luciano Kühn
Diretor Presidente

1. A SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.

No exercício de 2018, a Sercomtel Iluminação obteve êxito na organização e manutenção do sistema de iluminação pública da cidade de Londrina. Atuando desde novembro de 2016 apenas com equipes próprias, a Sercomtel Iluminação realizou mais de 30.200 atendimentos durante o ano de 2018, sendo que 37% destes foram realizados por ronda própria, antes da solicitação do município.

Foram mais de 21.000 solicitações no ano, através dos nossos canais de atendimento (fone: 0800-400-4343, site: www.sercomteliluminacao.com.br e App para Smartphone), sendo que no cenário atual não existem solicitações em atraso.

2. POTENCIALIZAÇÃO DE DESEMPENHO

Além do atual contrato de manutenção, a Sercomtel Iluminação firmou com o Município de Londrina o Contrato nº 0305/2018, para modernização de 23.344 pontos de iluminação pública viária com tecnologia LED, que privilegia a eficiência energética, luminosidade e durabilidade, que substituirão as atuais lâmpadas com vapor de mercúrio e vapor de sódio.

O contrato também prevê a implantação de 1.000 pontos de telegestão, o que representa um importante passo para a inovação em iluminação pública, permitindo o gerenciamento remoto do parque. A assinatura do contrato foi precedida de um rigoroso processo de pré-qualificação de luminárias LED, do qual participaram, até o momento, 13 empresas, resultando em 29 modelos de luminárias homologados. O início de execução da obra se dará já nos primeiros meses de 2019.

Os principais investimentos em tecnologia visaram a modernização dos equipamentos, eficiência energética e redução dos custos com manutenções. Para isso, além da homologação das luminárias LED para modernização do parque de iluminação viário, citada no item anterior, que teve como objetivo garantir a qualidade dos equipamentos a serem adquiridos, em atendimento a uma série de normas técnicas, certificações e antecipando as exigências da Portaria 20 do INMETRO (vigentes a partir de fevereiro de 2019), foram feitos testes com luminárias LED com alimentação solar, instaladas nas dependências da Sercomtel Iluminação para medições e validação de informações levantadas junto ao mercado de iluminação pública.

Outras avaliações em campo e análise de documentações técnicas disponibilizadas por fornecedores serão executadas em 2019 para composição de uma Especificação Técnica do material. Para estas avaliações houve apenas investimento de mão de obra.

Para a melhoria da gestão da iluminação pública, visando a redução de reclamações e rondas, foi implantado como case para avaliação, validação e divulgação da tecnologia, um Sistema de Telegestão para 185 pontos de iluminação viária e ornamental no Distrito de Lerroville. Com investimento de R\$ 50.000,00, o sistema permite o gerenciamento da iluminação à distância, identificando falhas e lâmpadas apagadas imediatamente, sem necessidade de deslocamento até o local ou a abertura de um chamado.

Para 2019, serão realizados investimentos para montagem de um Centro de Controle Operacional, com a aquisição de aparelhos de televisão, computadores e demais infraestrutura, permitindo que a Gerência de Operações possa acompanhar em tempo real os sistemas de gestão já em funcionamento (Sistema de Gestão de Ocorrência e Atendimentos), Rastreador veicular e Sistema de Telegestão de Lerroville, além de outros futuros, como o sistema de telegestão para 1.000 pontos já contratado pela Prefeitura Municipal de Londrina através do Contrato nº 0305/2018, e que será adquirido por licitação no ano de 2019.

4. GESTÃO DE PESSOAS

A empresa encorreu o exercício de 2018 com 53 colaboradores, considerando empregados concursados, diretores e aprendizes. Possui um investimento contínuo na capacitação dos colaboradores. Em 2018 aconteceram treinamentos das equipes técnicas da Sercomtel Iluminação com a finalidade de se obter credenciamento junto à Copel para implantação de rede de baixa tensão, tais como poda de árvore/orcamento, operação de guindauto, padrões de tarefas da Copel, segurança para encarregados e cesteo acoplado. Também houve treinamentos segundo as Normas Regulamentadoras do Ministério Trabalho, com a finalidade de manter a regularidade das atividades da Companhia, tais como NR10 (Trabalhos com instalações energizadas) e NR35 (Trabalhos em altura). Para 2019 estão previstos a implantação da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e cursos de reciclagem da área operacional.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Atualmente no site da empresa www.sercomteliluminacao.com.br, é possível ter acesso às súmulas das atas de reuniões dos órgãos da administração, composição acionária e dos órgãos da administração. Também constam informações sobre Estatuto Social, informações financeiras mais relevantes, organograma e os Relatórios da Administração pertinentes a exercícios anteriores.

No ano de 2018, para fins de atendimento à Lei nº 13.303/2016, foram implantados os seguintes procedimentos: Política de distribuição de dividendos; Política de divulgação de informações e preservação de sigilo do Grupo Sercomtel; Política de transação com partes relacionadas; Código de conduta profissional do Grupo Sercomtel; Código de conduta para fornecedores e parceiros do Grupo Sercomtel; Política Anticorrupção; Política de presentes, brindes e hospitalidades; Política de concessão de patrocínios; Gestão de riscos corporativos; Canal de denúncias; Comitê de análise de denúncias de assédio moral.

6. CONTROLES INTERNOS

No decorrer do exercício de 2018 foi concluída a implementação e estruturação da área responsável pela verificação do cumprimento das obrigações e do gerenciamento de riscos da companhia. Os trabalhos desenvolvidos foram focados na implementação de políticas e práticas de controles internos, gerenciamento de riscos corporativos e compliance, visando promover a conduta ética, a integridade e o combate à corrupção, assegurar as boas práticas da governança, a gestão dos recursos e a proteção ao patrimônio da companhia. Também foram concluídas as tratativas e estudos para implementação do Programa de Integridade na empresa.

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Atendendo ao disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, que apresenta a logística reversa como instrumentos da PNRS foram assinados alguns acordos sobre o tema, como por exemplo, o Acordo Setorial do Ministério do Meio Ambiente para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes, de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mistra que foi assinado no dia 27/11/2014 e teve seu extrato publicado no D.O.U. de 12/03/2015. Seu objetivo é garantir que a destinação final destes resíduos seja feita de forma ambientalmente correta e implementando a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos conforme estabelece a PNRS.

Neste sentido, a Sercomtel Iluminação S.A. visa cumprir com a legislação ambiental vigente, incluindo a obrigatoriedade da logística reversa nas contratações realizadas tanto por licitação quanto nos casos de dispensa de licitação para os resíduos gerados que cabem à logística reversa, como lâmpadas e pneus. Além disso, a Companhia iniciou em 2018 o projeto Londrina Cidade Iluminada, que irá substituir grande parte das luminárias e lâmpadas convencionais, de vapor de sódio e vapor de mercúrio, por luminárias LED, mais eficientes, com melhor luminosidade, com menor consumo energético, e que não agredem o meio ambiente. Neste ano, foi assinado o contrato com a Prefeitura do Município de Londrina e as licitações para aquisição dos materiais, além da instalação em modo de estudo em duas praças da cidade.

8. FATOS RELEVANTES

O nível de aprovação dos londrinenses em relação à iluminação pública em Londrina no ano de 2018 é de 65%. O resultado se baseia na pesquisa de opinião divulgada pelo Instituto Multicultural. Foi o mesmo resultado alcançado na pesquisa de 2017. De 2016 para 2017, houve um aumento na aprovação de 4,94%.

9. RESULTADOS CONSOLIDADOS

A Sercomtel Iluminação S.A., no exercício de 2018, apresentou um decréscimo da sua Receita Bruta, comparando-se com 2017. O principal fator é o reequilíbrio econômico-financeiro referente ao Contrato de Manutenção proposto pela Prefeitura do Município de Londrina. Entretanto, com um forte controle nos gastos, a Companhia reduziu os custos e despesas operacionais, o que possibilitou um aumento no lucro líquido.

10. FLUXO DE CAIXA

Em 2018, o caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 1.695 milhão. Foram destinados R\$ 56 mil para pagamento de investimentos em imobilizados e intangíveis, e R\$ 165 mil para dividendos. O fluxo de caixa completo está disponível nas demonstrações financeiras. A regularidade destes resultados pode ser observada num período maior. Geramos R\$ 6,5 milhões de caixa acumulado proveniente de nossas atividades operacionais nos quatro anos de existência da Companhia, confirmando nossa excelente performance operacional.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A Sercomtel Iluminação em seu planejamento estratégico 2019-2023 apresenta suas perspectivas de futuro, considerando as projeções macroeconômicas, o ambiente regulatório e as tecnologias que porventura serão incorporadas à iluminação nos próximos anos.

A Sercomtel Iluminação S.A. tem como missão a busca de novas oportunidades de negócios voltadas para o segmento de implantação e manutenção de sistema de iluminação pública, atuando de forma integrada com a Sercomtel S.A. Telecomunicações e os custos de suas estruturas operacional, administrativa e comercial são atribuídos às empresas de acordo com critérios de rateio definidos pela administração das Companhias, e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados. Em 2018 houve o início do credenciamento junto à Copel, possibilitando à Sercomtel Iluminação S.A. assumir novos contratos com outros municípios, visando a realização do serviço de implantação de redes de baixa tensão. Também em 2018, foi assinado o contrato de modernização da iluminação pública viária por LED, substituindo as tecnologias tradicionais. A execução se iniciará nos primeiros meses de 2019.

Visando a melhoria do ambiente de trabalho no âmbito das perspectivas dos empregados, iniciamos em 2018 a implantação da CIPA, do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e da criação da Comissão Motivacional.

As perspectivas de futuro, bem como as demais empresas do Grupo Sercomtel, caminha em direção à excelência. Assim, não há dúvidas de que o Grupo Sercomtel, que já possui a melhor operadora de telefonia fixa e móvel do Brasil, terá também a melhor empresa de iluminação pública do país.

12. AGRADECIMENTOS

A Sercomtel Iluminação S.A. agradece aos seus acionistas e à população de Londrina pelo apoio e confiança e, em especial, aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de Dezembro 2018 E 2017

	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta		11.322	12.661
Deduções da Receita Bruta		(1.366)	(1.659)
Receita Líquida	12	9.956	11.002
Custos dos Serviços Prestados	13.1	(6.033)	(7.129)
Resultado operacional bruto		3.923	3.873
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	13.2	(2.198)	(3.180)
Outras Receitas/(Despesas)	13.3	133	53
Resultado operacional líquido		1.858	746
Despesas Financeiras			(30)
Receitas Financeiras		154	109
Resultado financeiro líquido	14	(63)	79
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.795	825
Provisão para Imposto de Renda	9	(421)	(178)
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9	(161)	(74)
Lucro Líquido do Exercício		1.213	573
Lucro por Lote de 1.000 Ações		0,69	0,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e suas vidas úteis, a não ser que haja razoavelmente certo de que a Sociedade irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estão mencionadas abaixo:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Equipamentos eletrônicos	05 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas e acessórios	05 anos

4.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre pagamentos em atraso de despesas bancárias.

4.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.7. Imposto de renda e contribuição social

Sociedade é tributada pelo lucro real, sendo o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e contas bancárias	90	5
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.993	1.604
Total	3.083	1.609

A Companhia considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário - CDB, junto à Caixa Econômica Federal, remuneradas à taxa de 97,5% do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários e Fundo de Investimento Caixa FI Mega Referenciado DI.

6. Estoques

Referem-se a itens destinados à manutenção, melhorias e novas obras de implantação na rede de iluminação da cidade de Londrina, no montante de R\$ 941 e R\$ 1.281, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados ao valor de realização, quando aplicável.

7. Imobilizado

Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação	31/12/2018 Líquido	31/12/2017 Líquido
Máquinas e equipamentos	10	28	(7)	21
Equipamentos de informática	20	171	(75)	96
Equipamentos eletrônicos	20	20	(5)	15
Veículos	20	1.825	(1.068)	757
Móveis e utensílios	10	80	(10)	70
Ferramentas e acessórios	20	56	(14)	42
Softwares	20	21	(8)	13
Total	2.201	(1.187)	1.014	1.373

a) Garantias

Na data de levantamento das demonstrações contábeis, não existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas a empréstimos bancários.

a) Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)
O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2018
Máquinas e equipamentos	23	1	-	-	(3)	21
Equipamentos de informática	122	11	(5)	-	(19)	119
Equipamentos eletrônicos	17	-	-	-	(2)	15
Veículos	1.115	-	-	-	(358)	757
Móveis e utensílios	38	37	-	-	(5)	70
Ferramentas e acessórios	44	4	-	-	(6)	42
Softwares	14	3	-	-	(4)	13
Total	1.373	56	(5)	-	(410)	1.014

8. Obrigações sociais

	31/12/2018	31/12/2017
INSS a recolher	65	65
FGTS a recolher	20	-
Outras obrigações com pessoal	16	14
Provisão para férias e encargos	291	275
Total	392	354

9. Obrigações tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
PIS a recolher	-	14
IRPJ a recolher	-	8
Imposto de renda a recolher	-	28
Contribuição social a recolher	-	12
ISS a recolher	1	1
Total	34	117

a) Apuração de imposto de renda e contribuição social correntes

	Imposto de Renda	Contribuição Social		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	1.795	825	1.795	825
Lucro Real e Base de Cálculo (tributável)	1.795	825	1.795	825
Alíquotas	15%	15%	9%	9%
Total	269	123	161	74
Adicional do IRPJ (10%)	156	59	-	-
(-) Dedução PAT	(4)	(47)	-	-
Valor Debitado ao Resultado	421	178	161	74
Alíquota efetiva IRPJ e CSLL	23%	22%	9%	9%

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro 2018 e 2017				
(Em milhares de reais)				
	ATIVO	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.083	1.609	
Clientes a receber		310	-	
Estoques	6	941	1.281	
Impostos a recuperar		255	1	
Outros créditos		22	17	
Despesas do exercício seguinte		11	11	
Total do ativo circulante		4.622	2.919	
Ativo não circulante				
Imobilizado	7	1.001	1.359	
Intangível		13	14	
Total do ativo não circulante		1.014	1.373	
Total do ativo		5.636	4.292	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em 31 de Dezembro 2018 e 2017					
(Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.300	186	1.738	-	3.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	573	573
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	29	-	(29)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(140)	(136)	(276)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	408	(408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.300	215	2.006	-	3.521
Aumento de Capital	446	-	(446)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.213	1.213
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	61	-	(61)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(29)	(106)	(135)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	1.046	(1.046)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.746	276	2.577	-	4.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017		
(Em milhares de Reais)		
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	1.213	573
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente no período	1.213	573
Lucro por ações (Lote de 1.000 ações)	0,69	0,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de Dezembro 2018 e 2017		
(Em milhares de Reais)		
	31/12/2018	31/12/2017
Atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	1.213	573
Depreciação e amortização	410	446
Baixas do ativo imobilizado	5	8
Resultado ajustado	1.628	1.027
Variação em:		
Clientes	(310)	-
Estoques	340	646
Impostos a recuperar	(254)	289
Outros créditos	(5)	(4)
Despesas do exercício seguinte	-	(11)
Fornecedores	341	(713)
Obrigações sociais	38	63
Obrigações tributárias	(83)	69
Outras obrigações	-	1
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.695	1.367
Atividades de investimento		
Aquisições no Imobilizado	(56)	(30)
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	(56)	(30)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(165)	(540)
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento	(165)	(540)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.474	797
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.609	

10. Partes relacionadas

As transações realizadas com as partes relacionadas Sercomtel S.A. Telecomunicações e Sercomtel Participações S.A.:

	31/12/2018	31/12/2017
Suporte Corporativo - Sercomtel S.A. Telecomunicações	57	-
Dividendos a Pagar - Sercomtel Participações S.A.	106	136
Total	163	136

As operações mercantis com partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes a partes não relacionadas.

Remuneração e benefícios da Administração

A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla honorários e remuneração dos diretores. O total de gastos com remuneração direta totalizou até dezembro de 2018, R\$ 387 (até dezembro de 2017, R\$ 371), e encontra-se registrado na rubrica despesas administrativas.

11. Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.746.100, representado por 1.746.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de R\$ 1,00 cada ação. A distribuição das ações do capital subscrito está assim representada:

	Quantidade de Ações	Participação
Sercomtel Participações S.A.	1.746.100	100%

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

Nos termos do art. 197 e 202 da lei nº 10.303/01, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados a constituição de reserva de lucros.

12. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita em serviços prestados	11.322	12.661
(-) Deduções		
- PIS	(182)	(198)
- COFINS	(841)	(910)
- ISS	(343)	(551)
Total	9.956	11.002

13. Informações sobre a natureza das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

13.1. Custo dos serviços prestados

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e encargos	2.755	2.823
Cooperação técnica	287	335
Consultoria em software	176	161
Material aplicado	1.626	2.707
Call center	441	386
Outros custos	398	337
Depreciação e amortização	350	380
Total	6.033	7.129

13.2. Despesa gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e encargos	805	1.061
Aluguel	486	745
Consultoria em software	64	62
Conselho fiscal	49	49
Suporte corporativo	447	572
Cooperação técnica	170	409
Contabilidade e auditoria	22	33
Outras despesas	99	167
Depreciação e amortização	25	32
Despesas tributárias	31	50
Total	2.198	3.180

13.3. Outras despesas e receitas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Baixa de Imobilizado	-	(6)
Recuperação de despesas	-	(1)
Total das outras despesas operacionais	-	(7)
Receitas Eventuais	133	60
Total das outras receitas operacionais	133	60
Resultado outras receitas (despesas) operacionais	133	53

14. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Juros, multas e descontos pagos	-	(18)
Despesas bancárias e IOF	(3)	(12)
Juros sobre Capital Próprio	(214)	-
Total das despesas financeiras	(217)	(30)
Rendimentos de aplicações financeiras	146	68
Multa contratual	8	24
Juros ativos e descontos recebidos	-	17
Total das receitas financeiras	154	109
Resultado financeiro líquido	(63)	79

15. Instrumentos financeiros

As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo.

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	3.083	1.609
Outros créditos	22	17
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(504)	(163)
Partes relacionadas	(106)	(136)
Outras obrigações	(1)	(1)
Total	2.494	1.326

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras.
Contas a receber de clientes/fornecedores: Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente;
Adiantamentos a fornecedores/ Outras contas a receber/outras contas a pagar: Decorrem de adiantamentos realizados/recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia.

Créditos com acionistas controladores e coligados: Referem-se a saldos de empréstimos a receber/pagar aos sócios da Companhia.

Empréstimos e financiamentos: Contrações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.
Gerenciamento de risco financeiro
Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado.

A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos.

Risco de mercado

Risco decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

16. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta conforme apresentado a seguir:

	Limite máximo indenização - R\$ Mil
Riscos cobertos	
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	10.000
Veículos	1.610
Seguro de vida em grupo	2.493
Total	14.013

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Sercomtel Iluminação S.A.

Opinião
As demonstrações contábeis da Sercomtel Iluminação S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sercomtel Iluminação S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades em situação de continuidade operacional normal. Em 1º de setembro de 2017, a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel por meio do Acórdão nº 366, determinou a instauração de processo para avaliação acerca da aplicação de caducidade à Sercomtel S.A. Telecomunicações (controladora da Sercomtel Participações S.A., que controla a Companhia), no tocante a concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC. Adicionalmente, o mesmo Acórdão, determina à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação, a avaliação da manutenção de capacidade econômico-financeira e regularidade fiscal pela Companhia, no tocante às suas autorizações para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado fora da área de concessão, avaliando-se o cabimento ou não de cassação das referidas outorgas. Referido processo tramita internamente na ANATEL, porém, de forma complementar, em sua Reunião nº 859, de 4 de outubro de 2018, a ANATEL decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral (Consulta Pública), a Proposta de Edital de Licitação para Concessão para prestação de STFC na modalidade Local, autorização para prestação de STFC nas modalidades LDN e LDI, autorização para prestação de SMP, autorização para prestação de SCM e autorização de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz e 1.800 MHz, no Setor 20 do PGO e Área de Registro 43 do PCA, cujo prazo findou em 08 de novembro de 2018. Em 05 de novembro de 2018, a Sercomtel S.A. - Telecomunicações apresentou suas alegações finais no processo de caducidade da concessão, suscitando, inclusive, uma análise por parte daquela Agência acerca do desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão (em vigência desde 1998) e da própria insustentabilidade do serviço telefônico fixo comutado, objeto da concessão, o que teria contribuído para a própria abertura dos processos acima descritos.

A Sercomtel S.A. Telecomunicações, conjuntamente com seus acionistas, vem atuando junto à agência reguladora visando a reversão desse processo e em 18 de janeiro de 2019, apresentou suas alegações finais no processo de cassação das outorgas de autorização comprovando sua regularidade fiscal. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de janeiro de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e conteúdo ênfase sobre a concentração de clientes e receita no contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Londrina.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá-PR, 18 de janeiro de 2019

BEZ Auditores Independentes S/S CRC PR 5.010/O-2
Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente:
Claúdio Sérgio Tedeschi
Membros:
Luciano Kuhl
Rosângela Miquelotti Martins de Oliveira
Tiago Carnelós Caetano

CONSELHO FISCAL

Moyses Silva Junior
Paulo Morimichi Oguido

DIRETORIA

Luciano Kuhl
Diretor Presidente
Luiz Shiroma
Diretor Administrativo Financeiro
Tiago Carnelós Caetano
Diretor de Operações

CONTADOR

Wanley Xavier Junior
CRC/PR 059.324/O-3



Diário OFICIAL

Autenticação Digital

A informação oficial do estado, certificada digitalmente.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR:
3454611619

Documento emitido em 25/04/2019 08:39:51.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços

Nº 10423 em 25/04/2019 - PAG. 116

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

SERCOMTELTM ILUMINAÇÃO

Sercomtel Iluminação S.A. Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2018

MENSAGEM DO PRESIDENTE
O ano de 2018 marcou a consolidação da Sercomtel Iluminação S.A em Londrina. Após o primeiro ano de operação, em 2017, com equipes próprias, a manutenção da iluminação pública do Município de Londrina, das ruas, avenidas, praças e espaços públicos, foram de fato normalizados, possibilitando à Companhia buscar novos negócios.
Em 2018 iniciou-se o credenciamento junto à Copel, possibilitando à Sercomtel Iluminação S.A. assumir novos contratos com outros municípios, visando a realização do serviço de implantação de redes de baixa tensão. Também neste ano, foi assinado junto à Prefeitura do Município de Londrina o contrato de modernização da iluminação pública viária por LED, substituindo as tecnologias tradicionais. A execução se iniciará nos primeiros meses de 2019.
Com um forte controle dos gastos, aumentamos o lucro líquido e melhoramos os indicadores, comparados com 2017.
O índice de satisfação dos londrinenses em relação ao serviço de iluminação pública, segundo pesquisa do Instituto Multicultural, atingiu 65,5% em 2018, mesmo patamar de 2017, fazendo deste um dos serviços públicos mais bem avaliados em Londrina.
A Sercomtel Iluminação, como as demais empresas do Grupo Sercomtel, caminha em direção à excelência. Assim, não há dúvidas de que o Grupo Sercomtel, que já possui a melhor operadora de telefonia fixa e móvel do Brasil, terá também a melhor empresa de iluminação pública do país.

Luciano Kühil
Diretor Presidente

1 A SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
No exercício de 2018, a Sercomtel Iluminação obteve êxito na organização e manutenção do sistema de iluminação pública da cidade de Londrina. Atuando desde novembro de 2016 apenas com equipes próprias, a Sercomtel Iluminação realizou mais de 32.000 atendimentos durante o ano de 2018, sendo que 37% destes foram realizados por ronda própria, antes da solicitação do município.
Foram mais de 21.000 solicitações no ano, através dos nossos canais de atendimento (fone: 0800-400-4343, site: www.sercomteliluminacao.com.br e App para Smartphone), sendo que no cenário atual não existem solicitações em atraso.

2 POTENCIALIZAÇÃO DE DESEMPENHO
No exercício de 2018, a Sercomtel Iluminação firmou com o Município de Londrina o Contrato nº 0305/2018, para modernização de 23.344 pontos de iluminação pública viária com tecnologia LED, que privilegia a eficiência energética, luminosidade e durabilidade, que substituirá as atuais lâmpadas com vapor de mercúrio e vapor de sódio.
O contrato também prevê a implantação de 1.000 pontos de telegestão, o que representa um importante passo para a inovação em iluminação pública, permitindo o gerenciamento remoto do parque. A assinatura do contrato foi precedida de um rigoroso processo de pré-qualificação de luminárias LED, do qual participaram, até o momento, 13 empresas, resultando em 29 modelos de luminárias homologadas. O início de execução da obra se dará já nos primeiros meses de 2019.

3 INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA
Os principais investimentos em tecnologia visaram a modernização dos equipamentos, eficiência energética e redução dos custos com manutenções. Para isso, além da homologação das luminárias LED para modernização do parque de iluminação viário, citada no item anterior, que teve como objetivo garantir a qualidade dos equipamentos a serem adquiridos, em atendimento a uma série de normas técnicas, certificações e antecipando as exigências da Portaria 20 do INMETRO (vigentes a partir de fevereiro de 2019), foram feitos testes com luminárias LED com alimentação solar, iniciadas as dependências da Sercomtel Iluminação para medições e validação de informações levantadas junto ao mercado de iluminação pública.
Outras avaliações em campo e análise de documentações técnicas disponibilizadas por fornecedores serão executadas em 2019 para composição de uma Especificação Técnica do material. Para estas avaliações houve apenas investimento de mão de obra.

Para a melhoria da gestão da iluminação pública, visando a redução de reclamações e rondas, foi criado um sistema de controle para avaliação, validação e divulgação da tecnologia, um Sistema de Voto para 185 pontos de iluminação viária e ornamental no Distrito de Lerroville. Com investimento de R\$ 50.000,00, o sistema permite o gerenciamento da iluminação à distância, identificando falhas e lâmpadas apagadas imediatamente, sem necessidade de deslocamento até o local ou a abertura de um chamado.
Para 2019, serão realizados investimentos para montagem de um Centro de Controle Operacional, com a aquisição de aparelhos de televisão, computadores e demais infraestrutura, permitindo que a Gerência de Operações possa acompanhar em tempo real os sistemas de gestão já em funcionamento (Sistema de Gestão de Ocorrência e Atendimentos), Rastreador veicular e Sistema de Telegestão de Lerroville, além de outros futuros, como o sistema de telegestão para 1.000 pontos de iluminação pública do Distrito de Londrina através do Contrato nº 0305/2018, e que será adquirido por licitação no ano de 2019.

4 GESTÃO DE PESSOAS
A empresa encontrou o exercício de 2018 com 53 colaboradores, considerando empregados concursados, diretores e aprendizes. Possui um investimento contínuo na capacitação dos colaboradores. Em 2018 aconteceram treinamentos das equipes técnicas da Sercomtel Iluminação com a finalidade de se obter credenciamento junto à Copel para implantação de rede de baixa tensão, tais como pontos de manutenção, operação de guindaste, padrões de tarefas da Copel, segurança para encarregados e cesto acoplado. Também houve treinamentos segundo as Normas Regulamentadoras do Ministério Trabalho, com a finalidade de manter a regularidade das atividades da Companhia, tais como NR10 (Trabalhos com Energia) e NR35 (Trabalhos em Altura). Para 2019 estão previstos a implantação da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e cursos de reciclagem da área operacional.

5 GOVERNANÇA CORPORATIVA
Através de link específico no site da empresa www.sercomteliluminacao.com.br é possível ter acesso às súmulas das atas de reuniões dos órgãos da administração, composição acionária e dos órgãos da administração. Também constam informações sobre Estatuto Social, informações financeiras mais relevantes, organograma e os Relatórios da Administração pertinentes a exercícios anteriores. No ano de 2018, para fins de atendimento à Lei nº 13.303/2016, foram implantados os seguintes procedimentos: Política de distribuição de dividendos; Política de divulgação de informações e preservação de sigilo do Grupo Sercomtel; Política de transação com partes relacionadas; Código de conduta profissional do Grupo Sercomtel; Código de conduta para fornecedores e parceiros do Grupo Sercomtel; Política Anticorrupção; Política de presentes, brindes e hospitalidades; Política de concessão de patrocínios; Gestão de riscos corporativos; Canal de denúncias; Comitê de análise de denúncias.

6 CONTROLES INTERNOS
No decorrer do exercício de 2018 foi concluída a implementação e estruturação da área responsável pela verificação do cumprimento das obrigações e do gerenciamento de riscos da companhia. Os trabalhos desenvolvidos foram focados na implementação de políticas e práticas de controles internos, gerenciamento de riscos corporativos e compliance, visando promover a conduta ética, a integridade e o combate à corrupção, assegurar as boas práticas da governança, a gestão dos recursos e a proteção ao patrimônio da companhia. Também foram concluídas as tratativas e estudos para implementação do Programa de Integridade na empresa.

7 RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL
Atendendo ao disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, que apresenta a logística reversa como instrumento da PNRS foram assinados alguns acordos sobre o tema, como por exemplo, o Acordo Setorial do Ministério do Meio Ambiente para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes, de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mistra que foi assinado no dia 27/11/2014 e teve seu extrato publicado no D.O.U. de 12/03/2015. Seu objetivo é garantir que a destinação final destes resíduos seja feita de forma ambientalmente correta e implementando a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos conforme estabelece a PNRS.

Neste sentido, a Sercomtel Iluminação S.A. visa cumprir com a legislação ambiental vigente, incluindo a obrigatoriedade da logística reversa nas contratações realizadas tanto por licitação quanto nos casos de dispensa de licitação para os resíduos gerados que cabem à logística reversa, como lâmpadas e pneus. Além disto, a Companhia iniciou em 2018 o projeto Londrina Cidade Iluminada, que irá substituir grande parte das luminárias e lâmpadas convencionais, de vapor de sódio e vapor de mercúrio, por luminárias LED, mais eficientes, com melhor luminosidade, com menor consumo energético, e que não agredem o meio ambiente. Neste ano, foi assinado o contrato com a Prefeitura do Município de Londrina e as licitações para aquisição dos materiais, além da instalação em modo de estudo em duas praças da cidade.

O nível de aprovação dos londrinenses em relação à iluminação pública em Londrina no ano de 2018 é de 65%. O resultado se baseia na pesquisa de opinião divulgada pelo Instituto Multicultural. Foi o mesmo resultado alcançado na pesquisa de 2017. De 2016 para 2017, houve um aumento na aprovação de 4,84%.

9 RESULTADOS CONSOLIDADOS
A Sercomtel Iluminação S.A., no exercício de 2018, apresentou um decréscimo da sua Receita Bruta, comparando-se com 2017. O principal fator é o reequilíbrio econômico-financeiro referente ao Contrato de Manutenção de iluminação pública do Município de Londrina. Entretanto, com um forte controle nos gastos, a Companhia reduziu os custos e despesas operacionais, o que possibilitou um aumento no lucro líquido.

10 FLUXO DE CAIXA
Em 2018, o caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 1.695 milhão. Foram destinados R\$ 56 mil para pagamento de investimentos em imobilizados e intangíveis, e R\$ 165 mil para dividendos. O fluxo de caixa completo está disponível nas demonstrações financeiras. A regularidade destes resultados pode ser observada num período maior. Geraamos R\$ 6,5 milhões de caixa acumulado proveniente de nossas atividades operacionais nos quatro anos de existência da Companhia, confirmando nossa excelente performance operacional.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS
A Sercomtel Iluminação em seu planejamento estratégico 2019-2023 apresenta suas perspectivas de futuro, considerando as projeções macroeconômicas, o ambiente regulatório e as tecnologias que porventura serão incorporadas à iluminação nos próximos anos.
A Sercomtel Iluminação S.A. tem como missão a busca de novas oportunidades de negócios voltadas para o segmento de implantação e manutenção de sistema de iluminação pública, atuando de forma integrada com a Sercomtel S.A. Telecomunicações e os custos de suas estruturas operacional, administrativa e comercial são atribuídos às empresas de acordo com critérios de rateio definidos pela administração das Companhias, e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados. Em 2018 houve o início do credenciamento junto à Copel, possibilitando à Sercomtel Iluminação S.A. assumir novos contratos com outros municípios, visando a realização do serviço de implantação de redes de baixa tensão. Também em 2018, foi assinado junto à Prefeitura do Município de Londrina o contrato de modernização da iluminação pública viária por LED, substituindo as tecnologias tradicionais. A execução se iniciará nos primeiros meses de 2019.
Visando a melhoria do ambiente de trabalho no âmbito das perspectivas dos empregados, iniciamos em 2018 a implantação da CIPA, do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e da criação da Comissão Motivacional.

A Sercomtel Iluminação, bem como as demais empresas do Grupo Sercomtel, caminha em direção à excelência. Assim, não há dúvidas de que o Grupo Sercomtel, que já possui a melhor operadora de telefonia fixa e móvel do Brasil, terá também a melhor empresa de iluminação pública do país.

12 AGRADECIMENTOS
A Sercomtel Iluminação S.A. agradece aos seus acionistas e à população de Londrina pelo apoio e confiança e, em especial, aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro 2018 e 2017					
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017		Nota Explicativa
Ativo circulante				Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.083	1.609	Fornecedores	504
Clientes a receber		310	-	Obrigações sociais	8
Estoque	6	941	1.281	Obrigações tributárias	9
Impostos a recuperar		255	1	Partes relacionadas	10
Outros créditos		252	17	Outras obrigações	-
Despesas do exercício seguinte		11	11	Total do passivo circulante	1.037
Total do ativo circulante		4.622	2.919		
Ativo não circulante				Patrimônio líquido	
Imobilizado	7	1.001	1.359	Capital social	1.746
Intangível		13	14	Reserva legal	276
Total do ativo não circulante		1.014	1.373	Reserva de lucros	2.577
				Total do patrimônio líquido	4.599
Total do ativo		5.636	4.292		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em 31 de Dezembro 2018 e 2017					
(Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.300	186	1.738	-	3.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	573	573
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	29	-	(29)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(140)	(136)	(276)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	408	(408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.300	215	2.006	-	3.521
Aumento de Capital	446	-	(446)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.213	1.213
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	61	-	(61)	-
Dividendos distribuídos no exercício	-	-	(29)	(106)	(135)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	1.046	(1.046)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.746	276	2.577	-	4.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de Reais)			
	31/12/2018	31/12/2017	
Lucro líquido do exercício	1.213	573	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente no período	1.213	573	
Lucro por ações (Lote de 1.000 ações)	0,69	0,44	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de Dezembro 2018 e 2017			
(Em milhares de Reais)			
	31/12/2018	31/12/2017	
Atividade operacional			
Lucro líquido do exercício	1.213	573	
Depreciação e amortização	410	446	
Baixas do ativo imobilizado	5	8	
Resultado ajustado	1.628	1.027	
Variação em:			
Clientes	(310)	-	
Estoques	340	646	
Impostos a recuperar	(254)	289	
Outros créditos	(5)	(4)	
Despesas do exercício seguinte	-	(11)	
Fornecedores	341	(713)	
Obrigações sociais	38	63	
Obrigações tributárias	(83)	69	
Outras obrigações	-	1	
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.695	1.367	
Atividades de investimento			
Aquisições no imobilizado	(56)	(30)	
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimento	(56)	(30)	
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(165)	(540)	
Fluxo de caixa consumido pela atividade de financiamento	(165)	(540)	
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.474	797	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.609	812	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.083	1.609	
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.474	797	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado dos períodos findos em 31 de Dezembro 2018 e 2017			
(Em milhares de Reais)			
	31/12/2018	31/12/2017	
Receitas	11.455	12.721	
Vendas de serviços	11.322	12.661	
Outras receitas	133	60	
Insumos adquiridos de terceiros	4.306	5.993	
Materiais aplicados na prestação de serviço	1.626	2.707	
Custos dos serviços prestados	1.342	1.245	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.338	2.041	
Valor adicionado bruto	7.149	6.728	
Depreciação e Amortização	375	412	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	6.774	6.316	
Valor adicionado recebido em transferência	154	109	
Receitas financeiras	154	109	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	6.928	6.425	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.928	6.425	
Pessoal	2.893	3.163	
Remuneração direta	2.144	2.402	
Benefícios	586	578	
F.G.T.S.	163	183	
Impostos, taxas e contribuições	2.605	2.659	
Federais	2.242	2.092	
Estaduais	20	15	
Municipais	343	552	
Remuneração de capitais de terceiros	217	30	
Juros	217	30	
Remuneração de capitais próprios	1.213	573	
Lucros retidos	1.213	573	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Sercomtel Iluminação S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2014, tendo como objeto social:
a) operar, manter e expandir sistema de iluminação pública, compreendendo iluminação urbana e ornamental;
b) planejar, implantar, executar, recuperar e melhorar os sistemas municipais de iluminação pública;
c) montar, reparar, e instalar sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas (inclusive semáforos), rodovias, ferrovias, portos e aeroportos;
d) oferecer soluções integradas de iluminação pública, utilizando-se de tecnologias de informação e telecomunicações;
e) comercializar equipamentos relacionados ao objeto social;
f) prover operação e gerenciamento de serviço técnico, administrativos, financeiros, comerciais e correlatos com o objeto da Sociedade;
g) participar de SPE - Sociedade de Propósito Específico;
h) participar de sociedade, empresas, consórcio e afins correlatas ao seu objeto social, preferencialmente como majoritária, sempre integrando o bloco de controle, garantindo direito de veto nas matérias de relevância econômica, administrativa e operacional.
A Companhia atua de forma integrada (compartilhada) com a Sercomtel S.A. Telecomunicações e os custos de suas estruturas operacional, administrativa e comercial são atribuídos às empresas de acordo com critérios de rateio definidos pela administração das Companhias, e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.
2. Base de preparação
a) **Demonstração de conformidade**
As demonstrações contábeis, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os aspectos estabelecidos nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
b) **Base de mensuração**
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.
c) **Moeda funcional e moeda de apresentação**
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua (a moeda funcional) e apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Sociedade.
d) **Uso de estimativas e julgamentos**
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração da Sociedade faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e pressupostos são revisados de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
- **Nota 6** - Estoques (provisão para perda de estoques);
- **Nota 7** - Imobilizado (vida útil e valor residual); e
- **Nota 15** - Instrumentos financeiros.
3. Determinação do valor justo
Diversas políticas e divulgações contábeis da Sociedade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na aplicação dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.
i) Passivos financeiros não derivativos
O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.
4. Políticas contábeis
As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.
4.1. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.
4.2. Instrumentos financeiros
a) Ativos financeiros não derivativos
A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.
A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
A Sociedade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.
b) Passivos financeiros não derivativos
A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.
A Sociedade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, e fornecedores e outras contas a pagar.
4.3. Estoques
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.
4.4. Imobilizado
a) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em 31 de Dezembro 2018 e 2017				
(Em milhares de Reais)				
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017	Nota
Receita Bruta		11.322	12.661	
Deduções da Receita Bruta		(1.366)	(1.659)	
Receita Líquida	12	9.956	11.002	
Custos dos Serviços Prestados	13.1	(6.033)	(7.129)	
Resultado operacional bruto		3.923	3.873	
(Despesas) Receitas Operacionais				
Despesas Gerais e Administrativas	13.2	(2.198)	(3.180)	
Outras Receitas/(Despesas)	13.3	133	53	
Resultado operacional líquido		1.858	746	
Despesas Financeiras		(217)	(30)	
Receitas Financeiras		154	109	
Resultado financeiro líquido	14	(63)	79	
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.795	825	
Provisão para Imposto de Renda	9	(421)	(178)	
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9	(161)	(74)	

10. Partes relacionadas
As transações realizadas com as partes relacionadas Sercomtel S.A. Telecomunicações e Sercomtel Participações S.A.:

	31/12/2018	31/12/2017
Supporte Corporativo - Sercomtel S.A. Telecomunicações	57	-
Dividendos a Pagar - Sercomtel Participações S.A.	106	136
Total	163	136

As operações mercantis com partes relacionadas, são realizadas em condições específicas acordadas entre as respectivas partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes a partes não relacionadas.

Remuneração e benefícios da Administração
A remuneração da Administração (benefícios de curto prazo) contempla honorários e remuneração dos diretores. O total de gastos com remuneração direta totalizou até dezembro de 2018, R\$ 387 (até dezembro de 2017, R\$ 371), e encontra-se registrado na rubrica despesas administrativas.

11. Patrimônio líquido
a. Capital Social
Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.746.100, representado por 1.746.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de R\$ 1,00 cada ação. A distribuição das ações do capital subscrito está assim representada:

	Quantidade de Ações	Participação
Sercomtel Participações S.A.	1.746.100	100%

b. Reserva legal
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros
Nos termos do art. 197 e 202 da lei nº 10.303/01, a Administração da Companhia propõe a destinação do saldo remanescente de lucros acumulados a constituição de reserva de lucros.

12. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita com serviços prestados	11.322	12.661
() Deduções	(182)	(198)
- IRIS	(841)	(910)
- COFINS	(343)	(551)
- ISS	-	-
Total	9.956	11.002

13. Informações sobre a natureza das despesas
A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir.

13.1. Custo dos serviços prestados

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e encargos	2.755	2.823
Cooperação técnica	176	335
Consultoria em software	176	176
Material aplicado	1.626	2.707
Call center	441	386
Outros custos	398	337
Depreciação e amortização	350	380
Total	6.033	7.129

13.2. Despesa gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e encargos	805	1.061
Aluguel	486	745
Consultoria em software	64	62
Conselho fiscal	44	57
Supporte corporativo	67	572
Cooperação técnica	170	409
Contabilidade e auditoria	22	33
Outras despesas	89	187
Depreciação e amortização	25	32
Despesas tributárias	31	50
Total	2.198	3.180

13.3. Outras despesas e receitas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	13	67
Receitas eventuais	133	60
Total das outras despesas operacionais	133	60
Resultado outras receitas (despesas) operacionais	133	53

14. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Juros, multas e descontos pagos	(3)	(18)
Despesas bancárias e IOP	(3)	(12)
Juros sobre Capital Próprio	(214)	-
Total das despesas financeiras	(217)	(30)
Recebimentos de aplicações financeiras	146	68
Multa contratual	8	24
Juros ativos e descontos recebidos	-	17
Total das receitas financeiras	154	109
Resultado financeiro líquido	(63)	79

15. Instrumentos financeiros
As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro abaixo.

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	3.083	1.609
Outros créditos	22	17
Passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(504)	(163)
Partes relacionadas	(106)	(136)
Outras obrigações	(1)	(1)
Total	2.494	1.326

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a: **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem caixa, saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras. **Contas a receber de clientes/fornecedores:** Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas e ajustadas a valor presente. **Adiantamentos a fornecedores/ Outras contas a receber/outras contas a pagar:** Decorrem de adiantamentos realizados/recebidos e demais saldos ligados diretamente às operações da Companhia.

Créditos com acionistas controladores e coligados: Referem-se a saldos de empréstimos a receber/pagar aos sócios da Companhia. **Empréstimos e financiamentos:** Contratações realizadas com instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. **Gerenciamento de risco financeiro**
Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado. A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
 - Risco de mercado
- Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento destes.
- Risco de liquidez**
Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em honrar com as obrigações associadas com seus passivos financeiros a serem liquidados com pagamentos à vista, outros empréstimos, ou monetização de outros ativos.
- Risco de mercado**
Risco decorrente da possibilidade de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Cobertura de passivos
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está conforme composição apresentado a seguir:

	Limite máximo indenização - R\$ Mil
Riscos cobertos	
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores	10.000
Veículos	1.610
Seguro de vida em grupo	1.013
Total	12.623

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Sercomtel Iluminação S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Sercomtel Iluminação S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sercomtel Iluminação S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor" das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional
As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades em situação de continuidade operacional normal. Em 1º de setembro de 2017, a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel por meio do Acórdão nº 386, determinou a instauração de processo para avaliação acerca da aplicação de caducidade à Sercomtel S.A. Telecomunicações (controladora da Sercomtel Participações S.A., que controla a Companhia), no tocante a concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC. Adicionalmente, o mesmo Acórdão, determina a Superintendência de Outorga e Recursos - SUOP, a prestação, a avaliação da manutenção de capacidade econômica, financeira e regularidade fiscal da Companhia, no tocante às suas autorizações para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado fora da área de concessão, avaliando-se o cabimento ou não de cassação das referidas autorizações. Referido processo tramita internamente na ANATEL, porém, de forma complementar, em sua Reunião nº 859, de 4 de outubro de 2018, a ANATEL decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral (Consulta Pública), a Proposta de Edital de Licitação para Concessão para prestação de STFC nas modalidades Local e Nacional, sob o Edital de Licitação nº 018/2019, em seu LDI, autorização para prestação de SMP, autorização para prestação de SCM e autorização de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz e 1.800 MHz, no Setor 20 do PGO e Área de Registro 43 do PGA, cujo prazo findou em 08 de novembro de 2018. Em 05 de novembro de 2018, a Sercomtel S.A. telecomunicações apresentou suas alegações finais no processo de caducidade da concessão, suscitando, inclusive, uma análise por parte daquela Agência acerca do desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão (em vigência desde 1998) e da própria insustentabilidade do serviço telefônico fixo comutado, objeto da concessão, o que teria contribuído para a própria abertura dos processos acima descritos.

A Sercomtel S.A. Telecomunicações, conjuntamente com seus acionistas, vem atuando junto à agência reguladora visando a reversão desse processo e em 18 de janeiro de 2019, apresentou suas alegações finais no processo de cassação das outorgas de autorização comprovando sua regularidade fiscal. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de janeiro de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e conteúdo ênfase sobre a concentração de clientes e receita no contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Londrina.

Demonstrações de valor adicionado
As demonstrações de valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como parte de informações adicionais, não foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração de Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, o uso de falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais distorções significativas nos controles internos que identificamos durante nossas trabalhos.

Maringá-PR, 18 de janeiro de 2019

BEZ Auditores Independentes S/S CRC PR 5.010/O-2
Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente:
Cláudio Sérgio Tescheski
Membros:
Luciano Kühl
Rosângela Miquelotti Martins de Oliveira
Tiago Carmelo Caetano

CONSELHO FISCAL
Membros:
Moyseis Silva Junior
Paulo Morimich Oguidio

DIRETORIA
Diretor Presidente
Luciano Kühl
Diretor Administrativo
Luiz Shiroma
Diretor Administrativo Financeiro
Tiago Carmelo Caetano
Diretor de Operações

CONTADOR
Wanley Xavier Junior
CRC/PR 059.324/O-3

SAMAÊ - IBIPORÁ - PR
Av. Santos Dumont, 565 - Centro - Ibiporá - Pr
Fone: (41) 3258-4195 - CEP 86200-000
Errata: A aviso de Tomada de Preço, publicado neste jornal em 23/04/2019, em seu item 5, a expressão "AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019, Iteia-se: AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019. Ibiporá, 24/04/2019. Edvaldo de Paula-Diretor Presidente

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO PARAÍSO
ESTADO DO PARANÁ**
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019
EXCLUSIVA para Micro Empresa - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP e MEI.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços elétricos preventivos e corretivos, em prédios públicos pertencentes à Prefeitura do Município de Bela Vista do Paraná e, em prédios locados e utilizados pela administração municipal, mediante a execução fracionada, incluindo mão de obra especializada, veículos, equipamentos e ferramentas, conforme necessidade da administração. Entrega dos envelopes de documentos e propostas e credenciamento: até as 08h30min (OITO HORAS E TRINTA) do dia 26/04/2019. Data da Abertura dos envelopes: 13/MAIO/2019, às 08h30min. Disponibilidade do Edital e informações: dirigir-se à Divisão de Licitações e Compras, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Joaquim Ladada, 150, centro, ou pelo telefone (43) 3242-8110, pelo site: www.pmbvista.pr.gov.br - link Edições/Licitações; Portal de Transparência ou ainda pelo e-mail: licitacoes@pmbvista.pr.gov.br; Bela Vista do Paraná, 24 de abril de 2019. Leonardo A. Savarigo Conceição/Projeto

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAÍSO
ESTADO DO PARANÁ**
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019
EXCLUSIVA PARA FINS DE PUBLICAÇÃO
(RESUMO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO)
O CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DO VALE DO RIO CINZAS - CIVA (Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue:
1 - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço POR LOTE.
2 - OBJETO: Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica: nova, zero quilômetros (conforme anexo I).
3 - VALOR MÁXIMO: R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais).
4 - ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 15/05/2019 às 13:30 no site www.blcompras.org.br "Acesso Identificado no link - licitações".
5 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao CIVARC, situado na Rua Hermindo Augusto de Oliveira, nº 84, das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min. O edital, cláusulas, futuras atas e contratos encontra-se disponível no endereço eletrônico www.civarc.com.br no link Diário Oficial.
Japira, 28/03/2019
JULIANO ROZATI DE MOREIRA,
Procurador Oficial / Portaria 001/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL Nº 012/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2019
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS IMÓVEIS PÚBLICOS - AQUISIÇÃO PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE EXTENSÃO DE REDE, conforme especificações e denominações constantes no Termo de Referência do presente Edital. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço. Por item VALOR MÁXIMO DA PROPOSTA: R\$ 619.111,94 (Seiscentos e Dezenove Mil, Cento e Onze Reais e Noventa e Quatro Centavos); PROTOCOLO DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO: até as 09:00 (nove horas) do dia 08/05/2019 (oitos dias de maio de 2019). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: Sala de Reuniões do Poder Executivo, Praça dos Três Poderes nº 23, CEP 84.900-000, Ibaít, Estado do Paraná. RETIRADA DO EDITAL: Disponível na íntegra no site do Município de Ibaít, www.ibaiti.pr.gov.br, mural de licitações, licitações em andamento.
Ibaít, 25 de abril de 2019.
Antoney de Cassio Alves de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2019
A Prefeitura Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, nº 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, visando a contratação de uma empresa do ramo de Serralheria para Fabricação e Instalação de Coberturas e Divisórias em estrutura metálica em diversos imóveis do Município de Alto Paraná, conforme especificado no memorial descritivo e planilha especificadas em anexo ao Edital (entregada por lote).
A pasta com o inteiro teor do Edital poderá ser examinada no endereço indicado e será feita pessoalmente ao interessado, bem como pelo site disponibilizado para download no site www.altoparana.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço já mencionado, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, fone 44-3664-1320, ou pelo e-mail licitacoes@altoparana.pr.gov.br.
LOCAL: Sala de Reuniões de Licitações
DATA: 15 de Maio de 2019
HORÁRIO: 13:30 horas
Edifício Prefeitura Municipal de Alto Paraná, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de Abril de 2019.
VALDEMIR RIBEIRO SPATE de Licitação

**MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
SEDU/PARANACIDADE - PAM
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019.**

O MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS, torna público que às 09:00 horas do dia 10 de maio de 2019, na Rua Pedro Domingues de Souza nº 374 no município de Leopólis, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

LOTE	ORBITO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL R\$	PRAZO (DIAS)
01	CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE 6x4	01	310.000,00	120

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Pregoeiro (a) Vanessa Arhanitsch, Paraná, Brasil - Telefone: (043) 3627 - 1429 - E-mail licitacao@leopolis.pr.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, anexos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço: Rua Pedro Domingues de Souza nº 374, das 07:30 às 17:00 horas.

LEÓPOLIS, 25 de ABRIL de 2019.
ALESSANDRO RIBEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
REPÚBLICA DE CONCURRENTE
Edital nº 0403/2019-PRO. Licitação com ampla disputa. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de peças e mão de obra para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva corretiva com cobertura total de peças em 23 (vinte e três) elevadores e 08 (oito) plataformas elevatórias verticais nas dependências da Universidade Estadual DE Maringá. Tipo de Licitação: Menor Preço, critério de Julgamento: Menor Preço. Valor Máximo Estimado: R\$ 364.716,94. Prazo de entrega: Envelopes documentação e proposta até: 27/05/2019 às 08h30min. Local: Av. Colombo n.º 5.790. Bloco 11. Sala 01 LIC/DIMP. Câmpus Universitário, Maringá/PR. Sessão Pública: Abertura das Propostas: 27/05/2019 às 09h. Local: Avenida Colombo n.º 5.790. Bloco 11. Câmpus Universitário, Maringá/PR.

AVISO DE LICITAÇÃO
REPÚBLICA DE CONCURRENTE
Edital nº 004/2019-DMP - Licitação com ampla disputa. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais e mão de obra para execução das reformas e adequações para acionistas do setor A, bloco 11, sala 01 e em diversos sanitários, com área de 575,40 m² de reformas para calçadas, escadas e rampas, piso tátil, guias de balizamento, canaletas e cal de aberto, corrimãos, guarda-corpos, vagas de estacionamento, sinalizações horizontais e verticais. Tipo de Licitação: Menor Preço, critério de Julgamento: Menor Preço. Valor Máximo Estimado: R\$ 2.864.224,71. Prazo de entrega: Envelopes documentação e proposta até: 28/05/2019 às 08h30min. Local: Av. Colombo n.º 5.790. Bloco 11. Sala 01 LIC/DIMP. Câmpus Universitário, Maringá/PR. Sessão Pública: Abertura das Propostas: 28/05/2019 às 09h. Local: Avenida Colombo n.º 5.790. Bloco 11. Câmpus Universitário, Maringá/PR. Edital poderá ser obtido através do site www.npd.uem.br/cmp/del_divulgacao_zul.

AVISO DE LICITAÇÃO
REPÚBLICA DE CONCURRENTE
Edital nº 005/2019-DMP. Concorrência. Processo de Licitação nº 1008/2019-PRO. Objeto. Contratação de empresa especializada, em regime de permissão de uso de espaço público, para instalação e exploração de serviços de cantina universitária no Câmpus Regional de Umuarama - CAJUCO - Município de Umuarama, Estado do Paraná. Tipo de Licitação: Melhor Oferta. Critério de Julgamento: Melhor Valor Mensal. Valor mensal mínimo desta licitação: R\$ 460,00. Prazo de entrega: Envelopes documentação e proposta até: 29/05/2019 às 10h. Local: Avenida Ângela, nº 1.804, Bairro da Foz de Iguaçu, 1800, Saída para Xambê, Bairro Zona 07, CEP 87506-370, na casa Ecológica. Secretaria Administrativa, no Município de Umuarama, Estado do Paraná. Sessão Pública: Abertura dos Envelopes: 29/05/2019 às 10h30min. Local: Avenida Ângela Moreira da Fonseca, 1800, Saída para Xambê, Bairro Zona 07, CEP 87506-370, na casa Ecológica. Secretaria Administrativa, no Município de Umuarama, Estado do Paraná. Os Editais poderão ser obtidos através do site www.npd.uem.br/cmp/del_divulgacao_zul. Maringá, 24 de abril de 2019. Robson Gonçalves da Silva-Diretor de Material e Patrimônio. Mariana Hisee Hirose Yamada - Presidente do Edital.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Hospital Universitário Regional de Maringá
CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS
EDITAL Nº 030/2015-HUM - PROCESSO Nº 1924/2015-HUM
A Comissão Especial instituída pela Portaria nº 03517-HUM, por meio do presidente torna público as informações, conforme item 10 do edital, sobre a realização de sessão pública para análise das documentações dos NOVOS interessados, será realizada no dia 30/04/2019 às 09h00min, na sala de reuniões do Divisão de Almoxarifado e Compras do HUM. A inscrição poderá ser feita até o dia 29/04/2019, conforme o Edital, no endereço: Trabalho Cosco/Credenciamento. Demais informações poderão ser obtidas na Diretoria Administrativa-Divisão de Almoxarifado e Compras do HUM, sito na Avenida Mandacaru, 1590 - Bloco Administrativo - Sala 207, Maringá - Estado do Paraná, de Segunda a Sexta-feira, das 7h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h00min, e-mail: hum-credenciamento@uem.br; Maringá, 24 de abril de 2019. Ivanilson Arebóla, Presidente da Comissão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Hospital Universitário Regional de Maringá
CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO PARA ATENDIMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS
EDITAL Nº 030/2015-HUM - PROCESSO Nº 1924/2015-HUM
A Comissão Especial instituída pela Portaria nº 03517-HUM, por meio do presidente torna público as informações, conforme item 10 do edital, sobre a realização de sessão pública para análise das documentações dos NOVOS interessados, será realizada no dia 30/04/2019 às 09h00min, na sala de reuniões do Divisão de Almoxarifado e Compras do HUM. A inscrição poderá ser feita até o dia 29/04/2019, conforme o Edital, no endereço: Trabalho Cosco/Credenciamento. Demais informações poderão ser obtidas na Diretoria Administrativa-Divisão de Almoxarifado e Compras do HUM, sito na Avenida Mandacaru, 1590 - Bloco Administrativo - Sala 207, Maringá - Estado do Paraná, de Segunda a Sexta-feira, das 7h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h00min, e-mail: hum-credenciamento@uem.br; Maringá, 24 de abril de 2019. Ivanilson Arebóla, Presidente da Comissão.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL
EDITAL Nº 064/2019-HUM PROCESSO Nº 1981/19-PRO
LICITAÇÃO COM ITENS DE COTA PRINCIPAL, COM DISPOSTA POR AMPLA CONCORRÊNCIA E ITENS DE COTA RESERVADA E COTA EXCLUSIVA A PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI, com possibilidade de ampliação para ampla concorrência mediante a aplicação do art. 9º, § 2º, I, do Decreto Estadual 2474/2015. OBJETO: aquisição de gás liquefeito de petróleo para abastecimento do Estação de Passagem de Seguranga a Sexta-feira, das 7h40min às 11h40min e das 13h30min às 17h00min, e-mail: [hum-credenciamento@uem.br</](mailto:hum-credenciamento@uem.br)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA SERCOMTEL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 21.514.376/0001-94 – NIRE: 4130009192-7
14ª (DÉCIMA QUARTA)
REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 18/03/2019

Ao décimo oitavo dia do mês de março do ano dois mil e dezenove, às 14 horas, reuniram-se na sede da SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., à Rua Fernão de Magalhães, 383, Bairro Aeroporto, Londrina, Paraná, os membros do Conselho Fiscal da companhia para analisarem o Balanço e Demonstrações Contábeis, e o Parecer dos Auditores Independentes – Bez Auditores Independentes S/S, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Além da presença dos Conselheiros Fiscais, também estiveram presentes o Sr. Cezar Pereira dos Santos, Contador, a Sra. Daniele dos Santos, Técnica em Contabilidade e o Sr. Luiz Shiroma, Diretor Administrativo Financeiro para prestarem os esclarecimentos necessários. Foi esclarecido que em razão da ausência de nomeação pela Acionista da Controlada, Copel, a reunião está sendo realizada com a presença de apenas 02 (dois) Conselheiros. Na oportunidade, foi discorrido sobre os eventos extraordinários e demais ocorrências relativas no exercício de 2018 que propiciaram a obtenção dos resultados apresentados. Em especial foi discorrido sobre os impactos nas receitas em decorrência das alterações do contrato de manutenção celebrado com a Prefeitura de Londrina.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da empresa SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 21.514.376/0001-94, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e o Relatório dos Auditores Independentes, e com base nas verificações e análises realizadas, especialmente no Parecer dos Auditores Independentes,



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/04/2019 17:50 SOB Nº 20191527335.
PROTOCOLO: 191527335 DE 28/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901519301. NIRE: 41300091927.
SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 03/04/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA SERCOMTEL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 21.514.376/0001-94 – NIRE: 4130009192-7
14ª (DÉCIMA QUARTA)
REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 18/03/2019

"Bez Auditores Independentes S/S", são de parecer que as referidas demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à aprovação da acionista.


Paulo Morimichi Ogido


Moyes Silva Junior



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/04/2019 17:50 SOB N° 20191527335.
PROTOCOLO: 191527335 DE 28/03/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11901519301. NIRE: 41300091927.
SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 03/04/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

14. 014 - Parecer de Auditores Independentes (6 - Parecer da Auditoria Independente -)



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Sercomtel Iluminação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Sercomtel Iluminação S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sercomtel Iluminação S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades em situação de continuidade operacional normal. Em 1º de setembro de 2017, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel por meio do Acórdão nº 366, determinou a instauração de processo para avaliação acerca da aplicação de caducidade à Sercomtel S.A. Telecomunicações (controladora da **Sercomtel Participações S.A.**, que controla a Companhia), no tocante a concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC. Adicionalmente, o mesmo Acórdão, determina à Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação, a avaliação da manutenção de capacidade econômico-financeira e regularidade fiscal pela Companhia, no tocante às suas autorizações para prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) prestado fora da área de concessão, avaliando-se o cabimento ou não de cassação das referidas outorgas. Referido processo tramita internamente na ANATEL, porém, de forma complementar, em

sua Reunião nº 859, de 4 de outubro de 2018, a ANATEL decidiu submeter a comentários e sugestões do público em geral (Consulta Pública), a Proposta de Edital de Licitação para Concessão para prestação de STFC na modalidade Local, autorização para prestação de STFC nas modalidades LDN e LDI, autorização para prestação de SMP, autorização para prestação de SCM e autorização de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz e 1.800 MHz, no Setor 20 do PGO e Área de Registro 43 do PGA, cujo prazo findou em 08 de novembro de 2018. Em 05 de novembro de 2018, a Sercomtel S.A - Telecomunicações apresentou suas alegações finais no processo de caducidade da concessão, suscitando, inclusive, uma análise por parte daquela Agência acerca do desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão (em vigência desde 1998) e da própria insustentabilidade do serviço telefônico fixo comutado, objeto da concessão, o que teria contribuído para a própria abertura dos processos acima descritos. A Sercomtel S.A. Telecomunicações, conjuntamente com seus acionistas, vem atuando junto à agência reguladora visando a reversão desse processo e em 18 de janeiro de 2019, apresentou suas alegações finais no processo de cassação das outorgas de autorização comprovando sua regularidade fiscal. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de janeiro de 2018, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e contendo ênfase sobre a concentração de clientes e receita no contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Londrina.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as



correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá-PR, 18 de janeiro de 2019

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez
Contador
CRC PR 037.262/O-2

15. 015 - Relação dos Direitos Realizáveis (7 - Direitos de curto prazo - Iluminação)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.**CNPJ: 21.514.376/0001-94****RELAÇÃO DOS DIREITOS REALIZÁVEIS DO ATIVO CIRCULANTE DO PERÍODO
FINDO EM 31/12/2018 (EM REAIS)**

ATIVO CIRCULANTE	VALOR	VENCIMENTO
TRIBUTOS A RECUPERAR		
Previsão IR e IOF s/ Aplicações Financeiras	7.954,59	31/01/2019
	7.954,59	
ADIANTAMENTOS		
Adiantamentos para viagens	36,62	31/01/2019
Adiantamentos para férias	20.737,68	31/01/2019
Adiantamentos para vale-transporte	762,35	31/01/2019
	21.536,65	
ESTOQUES		
Materiais para prestação de serviço	940.621,29	-
	940.621,29	
DESPESAS ANTECIPADAS		
Prêmios de Seguro a Vencer	11.203,38	20/04/2019
	11.203,38	
TOTAL DOS DIREITOS REALIZÁVEIS	981.315,91	

WANLEY XAVIER JUNIOR

Contador

CPF: 065.304.339-29

CRCPR-059324/O-3

16. 016 - Relação do Ativo Realizável a Longo Prazo (8 - Direitos de longo prazo - Iluminação)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.

CNPJ: 21.514.376/0001-94

**RELAÇÃO DOS DIREITOS REALIZÁVEIS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE DO
PERÍODO FINDO EM 31/12/2018 (EM REAIS)**

NÃO SE APLICA.

**A ENTIDADE NÃO APRESENTOU DIREITOS REALIZÁVEIS DE
LONGO PRAZO EM 31/12/2018.**

WANLEY XAVIER JUNIOR

Contador

CPF: 065.304.339-29

CRCPR-059324/O-3

17. 017 - Relação das Obrigações Passivo Circulante (9 - Obrigações de curto prazo - Iluminaç)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.**CNPJ: 21.514.376/0001-94****RELAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO PASSIVO CIRCULANTE DO PERÍODO FINDO****EM 31/12/2018 (EM REAIS)**

PASSIVO CIRCULANTE	VALOR	VENCIMENTO
FORNECEDORES A PAGAR		
Leandro Daudt Consulim	876,00	29/01/2019
Dismafe Ferramentas Ltda. - EPP	1.242,50	02/01/2019
Econolux Comercio Materiais Eletricos LTDA	487,50	15/01/2019
Eletro Company Comercio de Materiais Eeetricos LTDA	457,73	21/01/2019
Eletrotrafo Produtos Eletricos LTDA	147,37	07/01/2019
Sercomtel S A Telecomunicacoes	40.691,23	03/01/2019
Webtrip Agencia de Viagens e Turismo LTDA ME	1.662,80	15/01/2019
Dicomag Distribuidora Comercial de Maquinas LTDA EPP	11.761,00	08/01/2019
Sercomtel Participacoes S A	85,80	03/01/2019
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio	46.594,70	03/01/2019
Duplic do Brasil Comercio Locacao e Servicos Eireli EPP	420,00	10/01/2019
Centro de Patologia e Analises Clinicas de Londrina LTDA	1.134,46	02/01/2019
Ilumatic S.A. Iluminação e Eletrometalúrgica	142.000,00	04/01/2019
O. do Lago Oliveira Galvanização - EPP	431,76	25/01/2019
Luminati Comercio de Material Eletrico Eireli EPP	140.341,66	02/01/2019
Nortevisual Servicos Ambientais LTDA	198,55	21/01/2019
Kurica Ambiental S A	104,95	07/01/2019
Bruno Pereira de Almeida e Cia LTDA	2.387,89	25/01/2019
Eletrica Luz Comercial de Materiais Eletricos LTDA ME	18.698,50	16/01/2019
D Martins Comercio e Instalacao de Iluminacao Urbana Eireli	20.514,03	04/01/2019
Intelli Industria de Terminais Eletricos LTDA	9.661,47	14/01/2019
SSE Gridtech Sistemas e Solucoes LTDA - ME	29.999,98	21/01/2019
Santos e Romani LTDA	148,50	02/01/2019
Vertical Eletrico e Construcao LTDA ME	18.900,00	08/01/2019
Maraccini Franco e Franco LTDA	1.688,40	11/01/2019
Eletroponto Comercio de Materiais Eletricos LTDA	157,00	17/01/2019
Servico Nacional de Aprendizagem Industrial Senai	13.082,40	31/01/2019
Axa Seguros S.A.	107,44	25/01/2019
	503.983,62	
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		
INSS a recolher	65.356,63	20/01/2018
IRRF a recolher s/ Folha de Pagamento	16.222,19	20/01/2018
FGTS a Recolher	20.106,62	
Contribuição Sindical a Pagar	30,27	
	101.715,71	
OBRIGAÇÕES FISCAIS		
ISS a recolher	963,00	10/01/2018
Retenção PIS/COFINS/CSLL a recolher	224,65	20/01/2018
IRRF a recolher s/ Notas Fiscais	32.246,45	20/01/2018
	33.434,10	
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Dividendos a distribuir	105.851,93	25/06/2018
Seguros a pagar	792,65	31/01/2018
Repasso para associação dos empregados	601,20	14/02/2018
Provisões para férias	290.625,12	-
	397.870,90	
TOTAL DAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	1.037.004,33	

WANLEY XAVIER JUNIOR

Contador

CPF: 065.304.339-29

CRCPR-059324/O-3

18. 018 - Relação das Obrigações Passivo Não Circulante (10 - Obrigações de longo prazo - Ilumina)

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
CNPJ: 21.514.376/0001-94
RELAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE DO PERÍODO
FINDO EM 31/12/2018 (EM REAIS)

NÃO SE APLICA.

A ENTIDADE NÃO APRESENTOU OBRIGAÇÕES DE LONGO
PRAZO EM 31/12/2018.

WANLEY XAVIER JUNIOR
Contador
CPF: 065.304.339-29
CRCPR-059324/O-3

19. 019 - Relatório do Controle Interno (11 - Parecer e Relatório do Controle Int)

Revisado em
21/03/19
avaluado
[assinatura]

PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO
AVALIAÇÃO DA GESTÃO
(PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de Controle Interno no exercício financeiro de 2018, da SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno, que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração, para as medidas que entender devidas.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Londrina, 21 de março de 2019.


Valdecir Marini

Responsável pelo Controle Interno – Exercício 2018

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

REFERENTE À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 148/2019 – TCE/PR – MODELO 7

ENTIDADE: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
CNPJ : 21.514.376/0001-94

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO
Exercício de 2018

1. Normatização

A empresa Sercomtel Iluminação S.A. é subsidiária integral da Sercomtel Participações, que por sua vez é subsidiária integral da Sercomtel S.A. – Telecomunicações, que atua como controladora do grupo.

A criação do sistema de controle interno foi efetivada inicialmente através da criação da área de Auditoria Interna, através da Resolução nº 088/2001 de 17/05/2001, cuja atribuição inicial era a de assessorar a alta administração através da realização de auditorias em processos, auditorias especiais ou extraordinárias.

Em 2014, a área de Auditoria Interna passou a denominar-se Coordenadoria de Controle Interno, Conformidade e Gestão Empresarial, conforme Resolução nº 035/2014, de 17 de março de 2014, sendo que as atividades de Controle Interno da companhia em nada foram alteradas.

Finalmente, considerando a necessidade de atender às disposições previstas na Lei 13.303/2016, que trata do Estatuto Jurídico das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista e suas subsidiárias, especialmente em relação às regras de governança, transparência, integridade, riscos, auditoria e controle interno, foi aprovada na 296ª reunião do Conselho de Administração, em 09.12.2016, a constituição de um novo



organograma da empresa, ficando a Auditoria Interna ainda responsável pelo Controle Interno, agora vinculada diretamente ao Conselho de Administração.

2. Qualificação do responsável pelo Controle Interno

CONTROLADOR	
Nome: Valdecir Marini	CPF: 530.893.599-87
Período de responsabilidade: Data do Início: 01/01/2018	Data do Fim: 31/12/2018
Servidor ocupante de cargo efetivo?	(X) SIM () NÃO
Nome do cargo ocupado: Agente Auditor Interno	
Origem do Servidor: (X) Próprio () Cedido	

3. Relação de Servidores

MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO	
Nome: Roberta Carolina Faeda Crivari	CPF: 004.429.549-99
Servidor ocupante de cargo efetivo?	(X) SIM () NÃO
Nome do cargo ocupado: Auditora	
Data da lotação: 01/10/2015	
Origem do Servidor: (X) Próprio () Cedido	

4. Ações desenvolvidas Sercomtel Iluminação S.A

Nº do Relatório	Período avaliado	Sector	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada	% ou amostra avaliada	Conclusão
003	Janeiro e fevereiro de 2018.	DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira. GGE - Gerência de Gestão Empresarial	Verificar se o sistema de rastreamento de veículos, adquirido através do Processo Administrativo nº 020/2016, por meio do Edital de Pregão nº 012/2016, em que restou vencedora a empresa LONDRITRACK LTDA ME, está sendo devidamente observado e utilizado pelos empregados.	Verificação do Processo Administrativo nº 020/2016 - Edital de Pregão nº 012/2016; Consulta à relação dos empregados autorizados a acessar o sistema, e à quantidade de veículos com rastreamento veicular; Verificação dos pagamentos mensais, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2018.	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.
005	Janeiro e fevereiro de 2018.	DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira. GGE - Gerência de Gestão Empresarial	Verificar se o Processo Administrativo nº 020/2016, realizado através do Edital de Pregão nº 012/2016, em que restou vencedora a empresa LONDRITRACK LTDA ME, observou a legislação vigente.	Análise dos procedimentos adotados para a abertura do Processo Administrativo até a efetiva contratação; Consulta aos Procedimentos Normativos nºs PN-0022 e PN-0024, e ao que dispõe a Lei nº 8.666/93; Verificação dos pagamentos referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2018.	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.
009	Fevereiro de 2018.	DOPE – Diretoria de Operações OOP – Gerência de	Verificar se o Processo Administrativo nº 018/2017, realizado através da Modalidade Pregão nº 015/2017 – Constituição de	Análise dos procedimentos adotados para a abertura do Processo Administrativo até a efetiva contratação; Consulta	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.



Nº do Relatório	Período avaliado	Sector	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada	% ou amostra avaliada	Conclusão
011	Março de 2018.	Operações OEN – Gerência de Engenharia	Ata de Registro de Preços 020 e 021/2017 observou a legislação vigente, nos termos da Lei 8.666/93. Verificar se o Processo Administrativo nº 001/2017, realizado através da Modalidade Pregão 001/2017 – Ata de Registro de Preços 001/2017, observou a legislação vigente, nos termos da Lei 8.666/93.	aos Procedimentos Normativos nºs PN-0022 e PN-0024, e ao que dispõe a Lei nº 8.666/93; Ordens de Compras; Notas Fiscais; e pagamentos. Análise dos procedimentos adotados para a abertura do Processo Administrativo até a efetiva contratação; Consulta aos Procedimentos Normativos nºs PN-0022 e PN-0024, e ao que dispõe a Lei nº 8.666/93; Conciliação entre os valores contratados com as notas fiscais, pagamentos efetuados e registros contábeis.	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.
014	Janeiro e fevereiro de 2018.	PRES - Presidência DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira.	Verificar o processo de compras diretas realizadas pela empresa, que ocorrem mediante dispensa de licitação, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/1993.	Consulta à Lei 8.666/93, art. 24, I e II; Verificação dos processos físicos das compras diretas realizadas (janeiro e fevereiro de 2018); e Consulta à Instrução de Trabalho IT-0310 V.3 – da Sercomtel S.A – Telecomunicações.	100% referente ao período avaliado.	As recomendações de melhorias realizadas pelos auditores foram atendidas.
015	Fevereiro de 2018.	DAFI – Diretoria Administrativa e	Verificar se os procedimentos para pagamentos estão em conformidade com as normas	Verificação dos Procedimentos Normativos Internos e	100% referente ao período	Não foram identificadas



Nº do Relatório	Período avaliado	Sector	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada	% ou amostra avaliada	Conclusão
018	Fevereiro e março de 2018.	Financeira. GGE - Gerência de Gestão Empresarial	da empresa, e se estão sendo realizados dentro do prazo, conforme as condições contratadas, dentre eles, os pagamentos: de Impostos e Taxas; de Gastos com Pessoal; Fornecedores e Judiciais. Verificar o cumprimento das obrigações Trabalhistas, Tributárias e Sociais.	Instruções de Trabalho referentes ao processo de pagamentos; Conciliação entre os valores pagos, as notas fiscais, o extrato bancário e o Razão Contábil, do mês de fevereiro de 2018. Verificação através da confirmação: da emissão e do Pagamento das Guias referentes aos Impostos e Tributos; de pagamento dos salários; cumprimentos das obrigações Sociais; da informação do CAGED; do envio da RAIS; do fornecimento de vales-transportes; e dos comprovantes de Contribuição Sindical.	100% referente ao período avaliado.	inconformidades. Não foram identificadas inconformidades.
021	Referente aos documentos do Exercício de 2017.	PRES - Presidência	Exame da Fidelidade dos Dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.	Consulta aos documentos correlatos, tais como: Relatório da Administração; Balanço Patrimonial; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMP/L; Demonstração do Resultado do Exercício - DRE;	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.

[Assinatura]

Nº do Relatório	Período avaliado	Sector	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada	% ou amostra avaliada	Conclusão
028	06 de Junho de 2018.	DOPE – Diretoria de Operações OOP – Gerência de Operações	Aferir a eficiência dos controles internos do Almoxarifado, no que diz respeito às entradas e saídas dos materiais, e atestar a efetiva existência dos materiais constantes no relatório extraído do sistema (Exati).	Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; Parecer do Conselho Fiscal; Relatório do Controle Interno; e Parecer da Auditoria Independente. Consulta ao Relatório existente no sistema interno (Exati), sobre os materiais do estoque; e Realização de contagem dos materiais estocados através de amostragem sistemática, in loco;	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.
037	De janeiro a julho de 2018.	DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira.	Analisar se as Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC) estão dispostas de acordo com o modelo da Lei 11.638/07.	Consulta a Lei 11.638/07; à Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício 2018, de janeiro a julho; e ao Relatório e Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.
039	De janeiro a julho de 2018.	DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira.	Analisar as demonstrações financeiras, como uma ferramenta essencial à geração de informações sobre o desempenho organizacional, a situação econômico-financeira das empresas e, o seu gerenciamento	Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício – Acumulado de janeiro a julho/2018; do Balanço Patrimonial mensal de janeiro a julho/2018; e dos índices de janeiro a julho de 2018;	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.



Nº do Relatório	Período avaliado	Sector	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada	% ou amostra avaliada	Conclusão
040	Agosto de 2018.	DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira.	Verificar se a empresa está elaborando e acompanhando o Fluxo de Caixa e o Fluxo Financeiro, que fazem parte da Programação Financeira.	Consulta ao Movimento diário de caixa; à Programação de pagamentos de janeiro a agosto de 2018; e aos Extratos Bancários de conta corrente e aplicações financeiras.	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.
041	Janeiro e fevereiro de 2018	DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira.	Verificar se empresa tem buscado ações que visam a Realização da Receita e controle das Renúncias, em atendimento à Instrução Normativa nº 140/2018 do TCE-PR.	Verificações: Planilha de controle dos valores Faturados e Recebidos; Razão Contábil da conta Clientes a Receber; Notas Fiscais; e dos valores das notas fiscais com os valores dos extratos da conta corrente e os lançamentos no razão contábil.	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.
047	Exercício de 2018.	PRES - Presidência DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira.	Verificar a fidelidade dos dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM).	Acompanhamento “in loco” da inserção dos dados nas planilhas, elaborados pela GGE, referentes às Tabelas Cadastrais, Contábil, Licitações, Contratos, e Patrimônio; e Consulta ao Layout 2018, para postagem do SIM-AM, disponibilizados pelo TCE-PR.	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.
053	De janeiro a setembro de	PRES – Presidência	Verificar a composição, o funcionamento, a atuação e as atas de reuniões do Conselho	Consulta ao número de membros existentes; à	100% referente ao período	As recomendações realizadas pelos auditores estão



Nº do Relatório	Período avaliado	Sector	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada	% ou amostra avaliada	Conclusão
	2018.	PGC – Governança Corporativa	de Administração.	regularidade das reuniões; à pertinência dos assuntos tratados nas reuniões; às Atas das reuniões, ocorridas até o mês de setembro de 2018; às Leis nº 13.303/2016, e nº 6.404/1976; e ao Estatuto Social.	avaliado.	sendo providenciadas pelos responsáveis.
054	De janeiro a setembro de 2018.	PRES – Presidência PGC – Governança Corporativa	Verificar a composição, o funcionamento, as informações prestadas pela Administração, o Parecer do Conselho Fiscal, e as atas das reuniões do Conselho Fiscal.	Consulta ao número de membros existentes; Verificação da regularidade das reuniões; ao Parecer do Conselho Fiscal (trimestral); às Atas das reuniões (trimestral); às Leis nº 13.303/2016, e nº 6.404/1976; e ao Estatuto Social.	100% referente ao período avaliado.	As recomendações realizadas pelos auditores estão sendo providenciadas pelos responsáveis.
057	De janeiro a setembro de 2018.	DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira.	Verificar a forma como a Gerência de Gestão Empresarial - GGE está administrando os recursos sob sua responsabilidade, a título de fundo fixo, através da conferência dos valores, das formas de utilização, e do local de guarda dos mesmos.	Conferência dos valores físicos nos Fundos Fixos, no mês de setembro/2018; e das Notas fiscais e recibos; Consulta ao Procedimento Normativo PN – 0028 v.3 - Administração de Fundo Fixo; e ao Razão Contábil da Conta 1.1.1.01 – Fundo Fixo, nos meses de janeiro a setembro de 2018; Conciliação entre o	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.



Nº do Relatório	Período avaliado	Setor	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada	% ou amostra avaliada	Conclusão
061	Setembro de 2018.	DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira.	Verificar o saldo das contas bancárias, em consonância com o razão contábil.	controle do fundo fixo, o valor físico e o razão contábil. Verificações: Extratos de todos os bancos; Razão Contábil da Conta 1.1.1.02 - Bancos c/ Movimento; e Conciliação dos extratos bancários com os registros contábeis.	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.
062	Setembro de 2018.	DAFI – Diretoria Administrativa e Financeira.	Verificar se os valores das aplicações financeiras conferem com os valores dos saldos contábeis.	Verificações: Saldos bancários das contas de aplicações; Razão contábil da conta 1.1.1.03 – Aplicações de Liquidez Imediata; e Conciliação entre os saldos dos extratos e o razão contábil.	100% referente ao período avaliado.	Não foram identificadas inconformidades.



5. Considerações relevantes e medidas recomendadas em relação ao item 4

Em todas as ações desenvolvidas pelo Controle Interno, constantes no item 4, acima, não foram identificadas quaisquer falhas ou irregularidades que possam ser consideradas relevantes, alcançadas durante os trabalhos realizados.

6. Síntese das avaliações

Procedimentos Realizados (*)	Avaliação (**)
6.1 Planos e Políticas da Empresa	
• Cumprimento das Metas do Contrato de Gestão	N/A
• Cumprimento das Metas de Contrato de Desempenho	N/A
• Eficácia da aplicação das políticas	Regular
6.2 Execução Financeira	
• Indicadores Financeiros	Regular
• Indicadores Econômicos	Regular
• Realização da Receita e Renúncias	Regular
• Medidas para Recuperação de Créditos Vencidos	Regular
• Medidas para Regularização de Obrigações Vencidas	Regular
• Programação Financeira e Fluxo Financeiro	Regular
• Fluxo de Caixa (Lei nº 11.638/07)	Regular
6.3 Conselho de Administração	
• Composição (Número de Membros e representação)	Regular
• Funcionamento – Regularidade das Reuniões	Regular
• Atuação do Conselho em assuntos relevantes de interesse da Entidade	Regular
6.4 Conselho Fiscal	
• Composição (Número de Membros e representação)	Regular
• Funcionamento – Regularidade das Reuniões	Regular
• Qualidade das informações prestadas pela Administração	Regular
• Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas de 2016	Regular
6.5 Cumprimento das Obrigações	
• Trabalhistas	Regular
• Fiscais e Tributárias	Regular
• Sociais	Regular
6.6 Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
• Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM)	Regular



7. Considerações relevantes quanto ao item 6 do Relatório

Em todas as ações e procedimentos desenvolvidos pelo Controle Interno, relacionados ao programa de avaliações constantes do item 6, acima, não foram identificadas quaisquer falhas ou irregularidades que possam ser consideradas relevantes, alcançadas durante os trabalhos realizados pelos auditores.

Adicionalmente, informamos que, em razão do que dispõe o art. 13, inciso I, da Lei 13.303/16, sobre o número mínimo e máximo dos membros do Conselho de Administração, houve alteração no Estatuto Social da empresa quanto ao número de membros deste Conselho, estando em andamento as providências necessárias para as nomeações dos novos conselheiros. Quanto ao Conselho Fiscal, informamos que estão sendo tomadas as providências para o preenchimento dos cargos vagos.

Segundo informou a área de Governança Corporativa, os acionistas já foram devidamente notificados sobre o número de cargos vagos, e a empresa está aguardando a indicação dos mesmos.

8. Demais ações desenvolvidas

Não há em andamento quaisquer ações desenvolvidas em face de recomendações derivadas de procedimentos fiscalizatórios por parte do Tribunal de Contas.

9. Adequação a Lei federal nº 13.303/16 – Lei das Estatais

Visando o atendimento às disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, a Entidade promoveu uma série de adequações com a finalidade de estabelecimento de regras, estruturas e práticas de governança, destacando-se:

- Observação dos requisitos legais para a indicação e posse dos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- Constituição do Comitê Estatutário;
- Constituição do Comitê de Auditoria Estatutário – (constituído no organograma e estatuto);
- Alteração do Organograma, prevendo a constituição de área responsável pela gestão de riscos e *compliance*, vinculada diretamente ao Diretor Presidente, com autonomia e atuação independente;



- Alteração do Estatuto Social, estabelecendo a Auditoria Interna, agora vinculada ao Conselho de Administração, como sendo responsável por aferir a adequação do controle interno;
- Alteração do Estatuto Social, prevendo o atendimento aos requisitos de transparência, Política de Divulgação de Informações, entre outras;
- Adequações no website da empresa visando melhor transparência e governança, com a disponibilização de maior volume de informações, destacando-se: súmulas das atas de reuniões dos órgãos da administração; informações para atendimento aos acionistas e composição acionária; estatuto social; demonstrações financeiras; organograma; relatórios da administração; gastos com publicidade e veículos, entre outros.
- Elaboração da Carta Anual de Governança Corporativa;
- Implementação de Canal de Denúncias;
- Elaboração de Código de Conduta, Ética e Integridade;
- Elaboração de Política Anticorrupção;
- Elaboração da Política de Distribuição de Dividendos;
- Elaboração da Política de Transação com Partes Relacionadas;
- Elaboração da Política de Divulgação de Informações;
- Elaboração do Relatório Integrado ou de Sustentabilidade;
- Avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês – (previsão para aplicação em 2019).

É o relatório.

Londrina, 21 de março de 2019.



Valdecir Marini

Responsável pelo Controle Interno – Exercício 2018

20. 020 - Termo de Distribuição



TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2073/2019

Processo Nº: 279205/19

Data e hora da distribuição: 30/04/2019 11:45:03

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.

Interessado: LUCIANO KUHL

Exercício: 2018

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Impedimentos:

21. 021 - Instrução



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

PROCESSO Nº: 279205/19
ORIGEM: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018
INSTRUÇÃO N.º 956/2019 - CGM - PRIMEIRO EXAME

SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., Prestação de Contas Anual do exercício financeiro de 2018. Primeiro exame. Contas Regulares.

SUMÁRIO DO ESCOPO DA ANÁLISE E INDICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS APONTADAS NESTA INSTRUÇÃO

DESCRIÇÃO DOS ITENS DE ANÁLISE	ITENS CONSTATADOS	ITENS NÃO CONSTATADOS
Aspectos Contábeis		
Ausência de encaminhamento das demonstrações financeiras emitidas pela Contabilidade.		Nada Constatado
Ausência de encaminhamento da publicação das demonstrações financeiras.		Nada Constatado
A publicação das demonstrações financeiras não atende às especificações da Lei nº 6.404/1976.		Nada Constatado
Divergências de saldos em quaisquer classes ou grupos do Balanço Patrimonial entre os dados do SIM-AM e a Contabilidade.		Nada Constatado
Aspectos de Gestão		
Ausência de encaminhamento do Relatório da Administração descrevendo os fatos relevantes ocorridos no exercício social.		Nada Constatado
Conteúdo do Relatório da Administração apresenta a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, especialmente nos aspectos da eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos sociais.		Nada Constatado
Ausência de encaminhamento da relação dos créditos a receber do Ativo Circulante contendo o nome, valor e data do vencimento, devendo a totalização conferir com o demonstrado no Balanço Patrimonial.		Nada Constatado
Existência de créditos a receber vencidos no Ativo Circulante.		Nada Constatado
Ausência de encaminhamento da relação dos créditos a receber do Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo, contendo o nome, valor e data do vencimento, devendo a totalização conferir com o demonstrado no Balanço Patrimonial.		Nada Constatado
Existência de créditos a receber no Ativo Não Circulante vencidos.		Nada Constatado
Ausência de encaminhamento da relação das obrigações do Passivo Circulante contendo o nome, valor e data do vencimento, devendo a totalização conferir com o demonstrado no Balanço Patrimonial.		Nada Constatado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Existência de obrigações no Passivo Circulante vencidas.		Nada Constatado
Ausência de encaminhamento da relação das obrigações do Passivo Não Circulante contendo o nome, valor e data de vencimento, devendo a totalização conferir com o demonstrado no Balanço Patrimonial.		Nada Constatado
Existência de obrigações no Passivo Não Circulante vencidas.		Nada Constatado
Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Fiscal sobre as contas do exercício.		Nada Constatado
O Parecer do Conselho Fiscal aponta irregularidades.		Nada Constatado
Incremento do Passivo a Descoberto (Patrimônio Líquido Negativo).		Nada Constatado
Aspectos Legais		
Ausência de encaminhamento do Parecer da Auditoria Independente para os casos em que a legislação exige.		Nada Constatado
Parecer da Auditoria Independente com ressalvas ou adverso.		Nada Constatado
Controle Interno		
Ausência de encaminhamento do Relatório do Controle Interno.		Nada Constatado
O Relatório do Controle Interno encaminhado não apresenta os conteúdos mínimos prescritos pelo Tribunal.		Nada Constatado
O Relatório do Controle Interno apresenta ocorrência de irregularidade passível de desaprovação da gestão.		Nada Constatado
Multas decorrentes de atraso na entrega da Prestação de Contas		
Entrega dos documentos que compõem a Prestação de Contas com atraso.		Nada Constatado
Outras Verificações		
Acompanhamento de Acórdão do TCE-PR.		Nada Constatado

PRELIMINARES

Trata-se da prestação de contas da(o) **SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.**, relativa ao exercício financeiro de 2018, cujo conteúdo e estruturação encontram-se definidos na Instrução Normativa nº 148/2019, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A presente instrução tem por finalidade reportar as demonstrações financeiras relativas ao período abrangido pelo processo e a retratar posição quanto ao atendimento dos aspectos legais a que estão sujeitos os atos de gestão, nos termos da Constituição Federal, art. 31, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e do Regimento Interno – Resolução nº 01/2006 e atualizações.

O exame realizado no processo deteve-se à verificação da observância de procedimentos aplicáveis às empresas estatais e à avaliação de pontos de controle



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

atinentes ao cumprimento de princípios constitucionais e de normas pertinentes, com o objetivo de instruir a emissão do Opinitivo sobre as contas prestadas pelo Responsável.

PARTE I - EXPOSITIVA

Este título contempla as principais peças das demonstrações financeiras na conformação aos formatos estabelecidos pela Lei nº 6.404/1976, além dos demonstrativos relativos ao atendimento das exigências legais e constitucionais. Os valores que serão reproduzidos foram extraídos da base de dados de responsabilidade exclusiva da Entidade, transmitidas no âmbito do Sistema de Informações Municipais – SIM e também dos documentos digitalizados, encaminhados pelos responsáveis pela Entidade.

RESPONSÁVEIS PELA ENTIDADE

CARGO/FUNÇÃO	NOME	CPF	INÍCIO	FIM	CRC
Presidente	HANS JURGEN MULLER	324.038.529-53	01/05/2017	30/04/2018	
Presidente	LUCIANO KUHL	884.689.179-15	01/05/2018	30/04/2020	
Contador	WANLEY XAVIER JUNIOR	065.304.339-29	01/01/2017	31/12/2019	059324O3
Controle Interno	VALDECIR MARINI	530.893.599-87	01/01/2017	31/12/2019	

1 - ASPECTOS CONTÁBEIS

1.1 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A seguir serão apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício da Entidade.

Nestas demonstrações foram utilizados os seguintes métodos de análise, para evidenciar de quanto foi a variação percentual de cada item do patrimônio da Entidade, comparando-se com os dois últimos exercícios:

- Análise Vertical: tem como finalidade demonstrar os percentuais dos saldos em relação aos totais de cada grupamento de contas;
- Análise Horizontal: tem como finalidade comparar a evolução de uma determinada conta ou grupo de contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

1.1.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial demonstra a posição financeira da Entidade em determinado momento. Representa, de forma ordenada, o conjunto de bens, direitos e obrigações no final do exercício. Sua apresentação obedece à Lei 6.404/1976 e alterações, sendo dividido em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, onde o Ativo representa os Bens e Direitos da Empresa, o Passivo as obrigações com terceiros, e o Patrimônio Líquido os recursos líquidos dos acionistas.

Especificação	Exercício Atual	Análise Vertical Exerc. Atual (%)	Exercício Anterior	Análise Vertical Exerc. Anterior (%)	Análise Horizontal (%)
ATIVO CIRCULANTE	4.622.300,93	82,01	2.919.461,05	68,01	58,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.083.310,50	54,71	1.609.181,35	37,49	91,61
Créditos a Curto Prazo	310.313,33	5,51	0,00	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	276.852,43	4,91	18.045,62	0,42	1.434,18
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoques	940.621,29	16,69	1.281.364,01	29,85	-26,59
VPD Pagas Antecipadamente	11.203,38	0,20	10.870,07	0,25	3,07
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.013.854,59	17,99	1.373.033,94	31,99	-26,16
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoques a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	1.001.291,12	17,77	1.358.705,62	31,65	-26,31
Intangível	12.563,47	0,22	14.328,32	0,33	-12,32
TOTAL DO ATIVO	5.636.155,52	100,00	4.292.494,99	100,00	31,30
PASSIVO CIRCULANTE	1.037.004,33	18,40	771.272,14	17,97	34,45
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.599.151,19	81,60	3.521.222,85	82,03	30,61
Patrimônio Social/Capital Social	1.746.100,00	30,98	1.300.000,00	30,29	34,32
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas de Lucros	2.853.051,19	50,62	2.357.199,34	54,91	21,04
Demais Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Acumulados	0,00	0,00	-135.976,49	-3,17	0,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.636.155,52	100,00	4.292.494,99	100,00	31,30

NOTA: Balanço Patrimonial elaborado a partir dos dados encaminhados por meio do Sistema SIM-AM.

1.1.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal apresentar de forma resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período.

Especificação	Exercício Atual	Análise Vertical Exerc. Atual (%)	Exercício anterior	Análise Vertical Exerc. Anterior (%)	Análise Horizontal (%)
Receita Operacional Bruta	11.322.544,79	100,00	12.661.012,28	100,00	-10,57
Deduções da Receita Operacional Bruta	1.366.214,20	12,07	1.659.433,22	13,11	-17,67
Receita Operacional Líquida	9.956.330,59	87,93	11.001.579,06	86,89	-9,50
Custos das Mercadorias/Produtos/Serviços	6.033.521,95	53,29	7.129.433,09	56,31	-15,37
Resultado Operacional Bruto	3.922.808,64	34,65	3.872.145,97	30,58	1,31
Resultado Operacional Antes dos Impostos e Contribuições	1.795.010,37	15,85	824.728,67	6,51	117,65
Resultado Líquido do Exercício	1.212.803,78	10,71	572.532,61	4,52	111,83

CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO AOS ASPECTOS CONTÁBEIS

Nada constatado nesta análise.

2 - ASPECTOS DE GESTÃO

Este aspecto procurou avaliar do ponto de vista de condução das atividades da Entidade considerando o conteúdo apresentado no Relatório da Diretoria.

Outro ponto que também foi verificado, diz respeito aos reflexos que os resultados financeiros obtidos no exercício causaram no Patrimônio Líquido da Entidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Ainda este aspecto avaliou a manifestação apresentada no Parecer do Conselho Fiscal, ao qual compete fiscalizar o Conselho de Administração da Entidade, conforme disposto nos arts. 161 a 165 da Lei nº 6.404/1976 e alterações. Dentre as várias atribuições, compete ao Conselho Fiscal: opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar no seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO AOS ASPECTOS DE GESTÃO

Nada constatado nesta análise.

3 - ASPECTOS LEGAIS

Este aspecto procurou avaliar o tipo de parecer que a Auditoria Independente emitiu sobre as demonstrações contábeis da Entidade auditada, principalmente se a opinião foi por ressalva ou adverso.

A auditoria consiste numa revisão das demonstrações contábeis, do sistema financeiro, de registros, das transações e operações de uma entidade ou de um projeto, efetuada por contadores, com a finalidade de assegurar a fidelidade dos registros e proporcionar credibilidade às demonstrações contábeis e outros relatórios da administração, podendo também identificar deficiências no sistema de controle interno e no sistema financeiro e apresenta recomendações para melhorá-los.

De acordo com o art. 3º da Lei Federal nº 11.638/2007, estão sujeitas a Auditoria Independente as Entidades de grande porte, ou seja, empresa ou conjunto de empresas sob controle comum, que tiver no exercício anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO AOS ASPECTOS LEGAIS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Nada constatado nesta análise.

4 - CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988 dispõe, em seus arts. 70 e 74, sobre a necessidade de criação de Sistema de Controle Interno de cada Poder. No Estado do Paraná, a Constituição de 1989 prevê, em seus arts. 74 e 78 praticamente os mesmos dispositivos da Carta Magna Federal, relativamente à criação do Sistema de Controle Interno.

No campo infraconstitucional, as normas de Controle Interno são temas de capítulo específico na Lei Federal nº 4.320/1964 (arts. 76 a 80); a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) também reafirma a importância do Controle Interno, delegando ao responsável por esse várias atribuições (parágrafo único do art. 54 e art. 59); e a Lei Complementar nº 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas) dedicou um capítulo específico ao tema (Título III, arts. 4º a 8º).

Na avaliação deste aspecto será considerado o Relatório e Parecer do Controle Interno.

PONTOS DE VERIFICAÇÃO SOBRE O CONTROLE INTERNO

ITENS DE VERIFICAÇÃO	CONCLUSÃO
Consta do processo o Relatório do Controle Interno?	SIM
O Relatório do Controle Interno encaminhado apresenta o conteúdo mínimo prescrito pelo Tribunal?	SIM
O Relatório do Controle Interno encaminhado apresenta ocorrência de irregularidade passível de desaprovação das contas anuais?	NÃO

CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE QUANTO AO CONTROLE INTERNO

Nada constatado nesta análise.

5 - ATRASO NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO

5.1 - ENTREGA DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS COM ATRASO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

Verifica-se na autuação do processo de Prestação de Contas que a Entidade atendeu o prazo estipulado no art. 225, parágrafo único, do Regimento Interno do TCE-PR.

PARTE II - CONSTATAÇÕES DA ANÁLISE

6 - RESULTADO DA ANÁLISE

A análise das contas está cingida com base nos assuntos contidos no escopo definido na Instrução Normativa nº 147/2019, sendo que a abordagem à luz dos critérios técnicos e legais a que estão sujeitos não resultou em apontamentos de restrições.

PARTE III - INFORMAÇÕES RELATIVAS A PROCESSOS DA ENTIDADE

a) PROCESSOS REFERENTES A ENTIDADE

Não constaram do banco de dados do TCE/PR, no momento da emissão desta Instrução, registros de processos relativos à Entidade para este exercício de análise da Prestação de Contas Municipais.

b) SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ANTERIORES

Informa-se a seguir a situação das Prestações de Contas, relativas aos últimos exercícios, conforme consta do banco de dados do TCE-PR.

Nº DO PROCESSO	ANO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
199255/17	2015	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	836/2019	Regular ressalvas aplicação multa com com de
308917/17	2016	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	CMEX	ACO	182/2019	Regular ressalvas aplicação multa com com de
293379/18	2017	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	S2C	ACO	1088/2019	Regular



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM

c) ACOMPANHAMENTO DE ACÓRDÃO DO TCE-PR

Até o momento não há registros nesta Coordenadoria de cumprimento de Acórdão a ser verificado nesta prestação de contas para a Entidade.

PARTE IV - CONCLUSÃO

Efetivado o exame da prestação de contas da(o) **SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.**, relativa ao exercício financeiro de 2018 e à luz das constatações relatadas neste instrutivo, as contas não apresentam restrições, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade.

Destaca-se, contudo, que as conclusões aqui expostas não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas anual, não validam divergências em informações de caráter declaratório, não detectadas na análise, e nem eximem anomalias levantadas em outras espécies de procedimentos fiscalizatórios, tais como: Procedimentos de Acompanhamento Remoto, Auditorias, Inspeções, Tomadas de Contas, Comunicação de Irregularidades, Denúncias ou Representações.

É a instrução.

CGM, 28 de maio de 2019.

Ato emitido por ANACLETO JOSE DE **LUCENA FERREIRA** - Analista de Controle - Matrícula nº 522333.

Encaminhe-se ao MPJTC, de acordo com o art. 353 do Regimento Interno.

Encaminhado por DIOGO GUEDES RAMINA - Coordenador(a) - Matrícula nº 514837.

22. 022 - Certidão

PROCESSO Nº: 279205/19
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
INTERESSADO: LUCIANO KUHL

CERTIDÃO nº 387/19

Certifico que o titular da 3ª Procuradoria de Contas, encontra-se em afastamento legal, nos termos do que dispõe o art. 62, § único, da Lei Complementar nº 113/2005, a partir de 13/05/2019.

SMPjTC, em 30 de maio de 2019.

SUIANE VOLPATO DE OLIVEIRA

Assessor Técnico da Secretaria do Mpc – matrícula nº 51.786-0

23. 023 - Parecer

PROTOCOLO Nº: 279205/19
ORIGEM: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
INTERESSADO: **LUCIANO KUHL**
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
PARECER: 313/19

Ementa. Prestação de Contas da SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A. Exercício de 2018. Pela aprovação das contas.

Trata o protocolado de Prestação de Contas da SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A, relativa ao exercício financeiro de 2018.

Em sua derradeira análise, a Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 956/19 (peça 21), opina pela **regularidade** das contas, entendimento em relação ao qual não se opõe esta Procuradoria de Contas.

Curitiba, 3 de junho de 2019.

Assinatura Digital

KATIA REGINA PUCHASKI
Procuradora do Ministério Público de Contas

24. 024 - Despacho



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO AUDITOR THIAGO BARBOSA CORDEIRO

PROCESSO N.º: 279205/19
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
INTERESSADO: LUCIANO KUHL
DESPACHO N.º: 257/19

Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para inclusão, na autuação do processo, do senhor HANS JURGEN MULLER, Presidente da SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A. no período de 01/01/2018 a 30/04/2018, conforme fls. 3, peça 21.

2. Após, **retornem a este gabinete.**

Curitiba, 4 de junho de 2019.

Auditor **THIAGO BARBOSA CORDEIRO**
Relator

ISB

25. 025 - Informação



Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Diretoria de Protocolo

PROCESSO N ° : 279205/19
ORIGEM : SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
INTERESSADO : HANS JURGEN MULLER, LUCIANO KUHL, SERCOMTEL
ILUMINAÇÃO S.A.
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
INFORMAÇÃO : 4775/19

Informo que procedi ao atendimento do Despacho nº. 257/19 (peça 24), do Exmo. Auditor Thiago Barbosa Cordeiro, efetuando inclusão, na autuação do processo, do senhor Hans Jurgen Muller, conforme solicitado.

DP, em 26 de junho de 2019.

CRISTIANO DE MEDEIROS ALVES PEREIRA
Técnico de Controle
50.403-3
DP

26. 026 - Acórdão



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 279205/19
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
INTERESSADO: HANS JURGEN MULLER, LUCIANO KUHL, SERCOMTEL
ILUMINAÇÃO S.A.
RELATOR: AUDITOR THIAGO BARBOSA CORDEIRO

ACÓRDÃO Nº 2341/19 - Primeira Câmara

Prestação de Contas Anual. SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
Exercício de 2018. Contas regulares.

RELATÓRIO

Trata-se de PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL da SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.¹ relativa ao exercício financeiro de 2018, de responsabilidade do senhor HANS JURGEN MULLER, CPF 324.038.529-53, Presidente da entidade no período de 01/01/2018 a 30/04/2018, e do senhor LUCIANO KUHL, CPF 884.689.179-15, gestor entre 01/05/2018 e 31/12/2018.

2. O conteúdo e a estruturação da prestação de contas foram definidos pelas Instruções Normativas n.º 147/19 e n.º 148/19 desta Corte. A Receita Operacional Bruta da entidade para o exercício foi de **R\$ 11.322.544,79** (onze milhões, trezentos e vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

3. As prestações de contas dos últimos exercícios apresentam o seguinte **retrospecto**²:

¹ Conforme classificação jurídica estabelecida na Instrução Normativa n.º 86/12 desta Corte, trata-se de "Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Privado Integrante da Administração Indireta - Sociedade de Economia Mista".

² Conforme tabela constante da Instrução n.º 856/19-CGM-Primeiro Exame (peça 21).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Nº DO PROCESSO	ANO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
199255/17	2015	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	836/2019	Regular com ressalvas com aplicação de multa ³
308917/17	2016	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	CMEX	ACO	182/2019	Regular com ressalvas com aplicação de multa ⁴
293379/18	2017	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	S2C	ACO	1088/2019	Regular

4. A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 956/19 (peça 21), firmada pelo Analista de Controle Anacleto José de Lucena Ferreira, observando cumpridos os prazos relativos à Agenda de Obrigações⁵ e o estabelecido no art. 225, *caput*, do Regimento Interno desta Corte⁶, manifesta-se pela **regularidade das contas**, como segue:

Efetivado o exame da prestação de contas da(o) SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., relativa ao exercício financeiro de 2018 e à luz das constatações relatadas neste instrutivo, as contas não apresentam restrições, sendo possível o julgamento no sentido da Regularidade.

5. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 313/19 (peça 23), da lavra da Procuradora Katia Regina Puchaski, opina igualmente pela **regularidade das contas**, nos seguintes termos:

³ No Acórdão n.º 836/19-Primeira Câmara, de relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, restou assim decidido:

I. Julgar pela regularidade das contas da SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., relativa ao exercício financeiro 2015, de responsabilidade do Sr. Hans Jurgen Muller, com ressalva diante (i) do atraso de 368 dias na entrega dos dados do mês 13 – encerramento do exercício do Sistema de Informações Municipais e (ii) do atraso de 324 dias na entrega dos documentos que compõem a prestação de contas.

II. Aplicar ao Sr. Hans Jurgen Muller, a multa prevista no art. 87, inciso III, alínea b, da Lei Orgânica deste Tribunal em razão do atraso na entrega dos dados no Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM AM) e a multa prevista no art. 87, inciso III, alínea a, do mesmo diploma legal, em razão do atraso na prestação de contas.

III. Após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações, encerrem-se os autos, nos termos do art. 398, do RITCEPR.

⁴ No Acórdão n.º 182/19-S1C, de relatoria do Conselheiro Fábio de Souza Camargo, restou assim decidido:

I - Julgar REGULARES as contas da Sercomtel Iluminação SA, referente ao exercício financeiro de 2016, ressaltando os atrasos no envio dos dados do SIM-AM;

II - aplicar, em razão dos atrasos do SIM-AM, a multa do art. 87, III, "b" da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, aos senhores Christian Perillier Schneider, Sandro Paulo Marques de Nobrega e Hans Jurgen Muller, individualmente;

III - determinar, após o trânsito em julgado desta decisão, o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro e cobrança da multa.

⁵ Instrução Normativa n.º 141/2018 deste Tribunal.

⁶ Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais.

Parágrafo único. Para as sociedades de economia mista, empresas públicas, consórcios intermunicipais e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, o prazo final será 30 de abril, relativo ao exercício financeiro anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Em sua derradeira análise, a Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 956/19 (peça 21), opina pela regularidade das contas, entendimento em relação ao qual não se opõe esta Procuradoria de Contas.

FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Adotando como razões de decidir o contido na instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal, que, do exame da documentação apresentada pelo gestor, bem como das demonstrações da execução orçamentária, financeira, patrimonial e dos resultados do exercício, não constatou incorreções, bem como levando em consideração o parecer do Ministério Público de Contas, concordante com a instrução, proponho que esta Corte, com fundamento nos artigos 1º, III, e 16, I, da Lei Complementar n.º 113/2005, julgue **regulares** as contas da SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., relativas ao exercício financeiro de 2018, de responsabilidade do senhor HANS JURGEN MULLER, Presidente da entidade no período de 01/01/2018 a 30/04/2018, e do senhor LUCIANO KUHL, gestor entre 01/05/2018 e 31/12/2018.

2. Certificado o trânsito em julgado da decisão, o processo estará encerrado, nos termos do artigo 398, §1º, do Regimento Interno, devendo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, da mesma norma.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO, com fundamento nos artigos 1º, III, e 16, I, da Lei Complementar n.º 113/2005, por unanimidade, em:

- Julgar regulares as contas da SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A, relativas ao exercício financeiro de 2018, de responsabilidade do senhor HANS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

JURGEN MULLER, Presidente da entidade no período de 01/01/2018 a 30/04/2018, e do senhor LUCIANO KUHL, gestor no período de 01/05/2018 a 31/12/2018.

Certificado o trânsito em julgado da decisão, o processo estará encerrado, nos termos do artigo 398, §1º, do Regimento Interno, devendo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, da mesma norma.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e FABIO DE SOUZA CAMARGO e o Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2019 – Sessão nº 28.

THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Presidente

27. 027 - Certidão de Publicação DETC



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 279205/19
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
INTERESSADO: HANS JURGEN MULLER, LUCIANO KUHL, SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.

CERTIDÃO AUTOMÁTICA DE PUBLICAÇÃO

Certifica-se que o(a) Acórdão nº 2341/2019 – Primeira Câmara, proferido(a) no processo acima citado, foi disponibilizado(a) no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2131, do dia 28/08/2019, considerando-se como data de publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário, conforme o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 386, do Regimento Interno.

Curitiba, 29/08/2019

28. 028 - Certidão de trânsito em julgado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Primeira Câmara

PROCESSO Nº: 279205/19
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE: SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A.
INTERESSADO: LUCIANO KUHL, SERCOMTEL ILUMINAÇÃO S.A., HANS JURGEN MULLER
RELATOR AUDITOR THIAGO BARBOSA CORDEIRO

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Nº 823/19 - S1C

Certifico que o Acórdão nº 2341/2019, da 1ª Câmara (peça nº26), proferido no processo acima citado, foi disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2131, do dia 28/08/2019, considerando-se como publicado no dia 29/08/2019, e tendo transitado em julgado no dia 20 de setembro de 2019.¹

1ª SECAM, em 23 de setembro de 2019.

IZABEL CRISTINA DA CUNHA CHEDE
Técnico de Controle – matrícula nº 50.762-8

¹ conforme o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

Art. 386. Os prazos serão contados, conforme o caso:

§ 3º Para os fins do disposto no inciso II, do *caput*, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no periódico Atos Oficiais do Tribunal de Contas; (Redação dada pela Resolução nº 40/2013)

§ 4º Os prazos processuais para interposição de recursos terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação no periódico Atos Oficiais do Tribunal de Contas; (Redação dada pela Resolução nº 40/2013)